



# AVISO IMPORTANTE:



**Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

## POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:  
<https://www.editorasolucao.com.br/>





# SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
DOS CAMPOS - SÃO PAULO

Professor II- Arte

**Nº 001/2025**

CÓD: SL-105JL-25  
7908433280590

## Língua Portuguesa

1. Questões que possibilitem avaliar a capacidade de Interpretação de texto .....	9
2. conhecimento da norma culta na modalidade escrita do idioma e aplicação da Ortografia oficial .....	12
3. Acentuação gráfica.....	18
4. Pontuação.....	19
5. Classes gramaticais; Pronomes: emprego e colocação.....	21
6. Concordância verbal e nominal .....	31
7. Regência nominal e verbal.....	33

## Matemática

1. Teoria dos Conjuntos .....	47
2. Conjuntos dos números Reais (R): operações, propriedades e problemas.....	50
3. Cálculos Algébricos .....	52
4. Grandezas Proporcionais .....	58
5. Regra de Três Simples e Composta .....	59
6. Porcentagem e Juro Simples .....	61
7. Sistema Monetário Brasileiro.....	64
8. Equação do Primeiro e Segundo Grau - problemas.....	66
9. Sistema Decimal de Medidas (comprimento, superfície, volume, massa, capacidade e tempo) - transformação de unidades e resolução de problemas .....	69
10. Geometria: ponto, reta, plano – ângulos, polígonos, triângulos, quadriláteros, circunferência, círculo e seus elementos respectivos – figuras geométricas planas (perímetros e áreas).....	72
11. sólidos geométricos (figuras espaciais): seus elementos e volumes .....	82
12. Funções do 1º e 2º grau .....	86
13. Sequências, Progressões Aritméticas e Geométricas .....	94
14. Resolução de problemas.....	96

## Informática

1. Sistema Operacional Microsoft Windows.....	103
2. Microsoft Office: Editor de textos Word e Planilha Excel. Microsoft Office (2013, 2016).....	121
3. Internet e ferramentas .....	150

## Conhecimentos Pedagógicos

1. O sistema escolar brasileiro segundo a legislação atual .....	159
2. A construção do conhecimento .....	160
3. Atividades adequadas e utilização de jogos na aprendizagem .....	161
4. o processo de ensino e aprendizagem: a ação pedagógica .....	164
5. A avaliação da aprendizagem.....	165
6. Integração escola, família e comunidade.....	166
7. O papel do professor no mundo atual.....	167

## Bibliografia Geral

1. Constituição Federal de 1988 – (artigos 205 a 214).....	171
2. Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN.....	174
3. Lei nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (artigos 1º ao 6º; 15 ao 18-B; 53 a 59; 131 a 138) .....	193
4. BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, MEC/SEESP, 2008.....	196
5. BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.....	202
6. BACICH, Lilian. et al. Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso, 2015.....	209
7. BEAUDOIN, Marie-Nathalie; TAYLOR, Maureen. Bullying e desrespeito: como acabar com essa cultura na escola. Porto Alegre: Artmed, 2006.....	209
8. CAMARGO, Fausto. DAROS, Thuinie. A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo. Porto Alegre: Penso, 2018.....	210
9. CARBONELL, J. Pedagogias do século XXI: bases para a inovação educativa. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2016.....	210
10. CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza (Org.). Interação escola família: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC, 2010.....	210
11. CHRISPINO A.; CHRISPINO, R. S. P. A mediação do conflito escolar. 2. ed. São Paulo: Biruta, 2011 .....	211
12. COLL, César. Comunidades de aprendizagem e educação escolar.....	211
13. COHEN, Elizabeth G.; LOTAN, Rachel A. Planejando o Trabalho em Grupo. Estratégias para salas de aula heterogêneas. Porto Alegre. Penso, 2017.....	212
14. GANDIN, Danilo. Planejamento como prática educativa. 19. ed. São Paulo: LOYOLA EDICOES, 2011.....	213
15. GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. São Paulo em Perspectiva, v. 14, n. 2. abr./jun. 2000 .....	213
16. IMBERNÓN, Francisco, Formação Docente e Profissional: Formar-se para a mudança e a incerteza. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011. Volume 14. (Coleção Questões da Nossa Época).....	214
17. KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. 8ª ed. – Campinas, SP: Papirus, 2012.....	215
18. LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA João Ferreira e TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012 .....	215
19. LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011...	216
20. MORAN, José. BACICH, Lilian. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.....	216
21. MURICI, Izabela Lanna; CHAVES Neuza. Gestão para Resultados na Educação. 2. ed. São Paulo: Falconi, 2016.....	217
22. WEISZ, Telma, O Diálogo entre o Ensino e a Aprendizagem. 2. ed. Ática, 2000.....	217

# Conhecimentos Específicos

## Professor II - Arte

1. Educação das relações étnico-raciais no ensino de arte.....	219
2. Valorização das culturas afro-brasileiras e indígenas nas práticas artísticas escolares .....	225
3. Imagem como linguagem no ensino de arte.....	227
4. Leitura e produção de imagens na formação estética dos estudantes .....	229
5. Arte visual como meio de expressão e reflexão crítica .....	232
6. Fundamentos da bncc para o ensino de arte .....	235
7. Linguagens artísticas e competências específicas na educação básica.....	238
8. Música como instrumento de desenvolvimento integral na infância .....	242
9. Musicalização e experiências sensoriais na educação infantil .....	245
10. Formação do educador musical para atuação com crianças pequenas .....	248
11. Arte e resistência nas práticas educativas .....	250
12. Arte como espaço de enfrentamento e transformação social .....	252
13. Conexões entre arte, vida, ciência e tecnologia .....	253
14. Arte digital e inovação nas práticas pedagógicas .....	255
15. Metodologia do ensino de arte .....	256
16. Planejamento, avaliação e estratégias de ensino em arte .....	256
17. História e fundamentos do ensino artístico escolar.....	259
18. Desenvolvimento musical na infância. Repertório, escuta e mediação em atividades musicais .....	261
19. Concepções contemporâneas de música na escola .....	263
20. Cibercultura e cultura digital na formação educacional .....	265
21. Impactos da tecnologia no acesso e produção artística .....	266
22. Jogos teatrais como recurso pedagógico .....	267
23. Expressão corporal, improvisação e ludicidade no teatro escolar .....	268
24. Política educacional e ensino de música na escola pública .....	270
25. Concepções sobre música e currículo.....	272
26. Experiências contemporâneas no ensino de arte.....	274
27. Práticas interdisciplinares e arte-educação crítica.....	277
28. Arte e diversidade cultural .....	279
29. Práticas pedagógicas inclusivas e valorização das diferenças .....	281
30. Abordagens contemporâneas no ensino de artes visuais .....	283
31. Mediação cultural e uso de recursos visuais em sala de aula .....	285
32. Narrativas docentes no ensino de arte.....	287
33. Práticas pedagógicas situadas e experiências de professores de arte .....	289

## Bibliografia Específica

1. Araújo, f. De a. Et al. Educação das relações étnico-raciais e o ensino de arte na educação básica. 2023 .....	293
2. Barbosa, ana mae. A imagem no ensino da arte. São paulo: perspectiva, 2012 .....	295
3. Base nacional comum curricular – bncc. Assuntos relacionados à arte.....	299
4. Brito, teca alencar de. Música na educação infantil: propostas para formação integral da criança. 2. Ed. São paulo: peirópolis, 2003 .....	301
5. Cruz, mônica f.; Pontes, heloísa m. (Orgs.). Arte e educação em tempos de resistência. Campinas: mercado de letras, 2021 .....	302
6. Domingues, diana. Arte e vida no século xxi: tecnologia, ciência e criatividade. São paulo: unesp, 2002.....	304
7. Ferraz, maria heloísa c.; Fusari, maria cecília. Metodologia e técnica do ensino de artes. São paulo: cortez, 1993 .....	307
8. Ilari, b.; Broock, angelita (orgs.). Música e educação infantil. Campinas: papyrus, 2017 .....	310
9. Levy, pierre. Cibercultura. São paulo: editora 34, 2010 .....	314
10. Neves, adriana. 11 Jogos teatrais educativos para realizar com os alunos. Instituto claro, 2019.....	317
11. Penna, maura. A dupla dimensão da política educacional e a música na escola. Revista da abem, 2014.....	320
12. Santos costa, dalva; bassani, thiago samuel. Arte na educação básica – experiências, processos, práticas contemporâneas. Jundiá: paco editorial, 2019.....	323
13. Silva, rosemeire c.; Lima, isabel cristina r. (Orgs.). Ensino de arte e diversidade cultural: práticas pedagógicas para a educação básica. Curitiba: appris, 2021.....	326
14. Souza, maria eliza rosas et al. (Orgs.). Artes visuais na educação: contextos contemporâneos e metodologias. São carlos: edufscar, 2020 .....	329
15. Sousa, tânia et al. (Orgs.). Arte na educação básica: narrativas docentes e práticas pedagógicas. Porto alegre: editora fi, 2020 .....	332

## QUESTÕES QUE POSSIBILITEM AVALIAR A CAPACIDADE DE INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

### — Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

### A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

— **Vocabulário**: O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.

— **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de

conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

— **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

### A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

— **Cores**: As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.

— **Formas e símbolos**: Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.

— **Gestos e expressões**: Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

### Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

— **Conhecimento prévio**: Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

— **Contexto**: O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

— **Objetivos da leitura**: O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

### Compreensão como Base para a Interpretação

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

Em síntese, a compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

### Textos Verbais e Não-Verbais

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

#### Textos Verbais

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

#### Características dos Textos Verbais:

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

- **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.
- **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.
- **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

### — Textos Não-Verbais

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

#### Características dos Textos Não-Verbais:

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.
- **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.
- **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

- **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.
- **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.
- **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

#### — Relação entre Textos Verbais e Não-Verbais

Embora sejam diferentes em sua forma, textos verbais e não-verbais frequentemente se complementam. Um exemplo comum são as propagandas publicitárias, que utilizam tanto textos escritos quanto imagens para reforçar a mensagem. Nos livros ilustrados, as imagens acompanham o texto verbal, ajudando a criar um sentido mais completo da história ou da informação.

Essa integração de elementos verbais e não-verbais é amplamente utilizada para aumentar a eficácia da comunicação, tornando a mensagem mais atraente e de fácil entendimento. Nos textos multimodais, como nos sites e nas redes sociais, essa combinação é ainda mais evidente, visto que o público interage simultaneamente com palavras, imagens e vídeos, criando uma experiência comunicativa rica e diversificada.

#### — Importância da Decodificação dos Dois Tipos de Texto

Para que a comunicação seja bem-sucedida, é essencial que o leitor ou observador saiba decodificar tanto os textos verbais quanto os não-verbais. Nos textos verbais, a habilidade de compreender palavras, estruturas e contextos é crucial. Já nos textos não-verbais, é fundamental interpretar corretamente os símbolos, gestos e elementos visuais, compreendendo suas nuances culturais e suas intenções comunicativas.

Dominar a interpretação de ambos os tipos de texto permite ao leitor um olhar mais completo sobre o conteúdo, ampliando suas capacidades de análise crítica e facilitando a compreensão em diversas situações, como na leitura de livros, no consumo de mídias digitais ou mesmo na interpretação de artes visuais e sinalizações.

#### — Dicas Práticas para Compreensão e Interpretação

Compreender e interpretar textos com precisão requer uma série de habilidades e estratégias que facilitam a decodificação e a análise crítica das informações. A seguir, apresentamos algumas dicas práticas que podem auxiliar no aprimoramento dessas competências, especialmente para estudantes que enfrentam provas e concursos.

#### Resuma o Texto

Uma das formas mais eficazes de garantir que você compreendeu o texto é fazer um resumo. Ao final de cada parágrafo ou seção, tente sintetizar a ideia principal em poucas palavras ou frases. Esse exercício ajuda a identificar o tema central e os argumentos chave do autor, além de facilitar a organização das ideias.

**Exemplo:** Ao ler um artigo sobre meio ambiente, anote os pontos principais, como causas do desmatamento, consequências para a biodiversidade e possíveis soluções.

#### Utilize Dicionários e Ferramentas de Busca

Durante a leitura, é comum se deparar com palavras desconhecidas ou expressões que dificultam o entendimento. Mantenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto para consultar o significado de termos difíceis. Esse hábito melhora o vocabulário e contribui para uma leitura mais fluida.

**Dica:** Hoje, diversas ferramentas digitais, como aplicativos de dicionário e tradutores online, permitem uma consulta rápida e eficiente.

#### Atente-se aos Detalhes

Informações como datas, nomes, locais e fontes citadas no texto são elementos importantes que ajudam a ancorar a argumentação do autor. Ficar atento a esses detalhes é crucial para a compreensão exata do texto e para responder corretamente a perguntas objetivas ou de múltipla escolha em provas.

- Exemplo: Em um texto sobre história, anotar as datas de eventos e os personagens envolvidos facilita a memorização e o entendimento cronológico.

#### Sublinhe Informações Importantes

Uma técnica prática para melhorar a compreensão é sublinhar ou destacar partes mais relevantes do texto. Isso permite que você se concentre nos pontos principais e nas ideias centrais, separando fatos de opiniões. A sublinhar frases que contêm dados concretos, você facilita a visualização e revisão posterior.

**Dica:** Se estiver estudando em materiais digitais, use ferramentas de marcação de texto para destacar trechos importantes e criar notas.

#### Perceba o Enunciado das Questões

Em provas de leitura, é comum encontrar questões que pedem compreensão ou interpretação do texto. Identificar a diferença entre esses dois tipos de pergunta é essencial:

Questões que esperam compreensão costumam vir com enunciados como “O autor afirma que...” ou “De acordo com o texto...”. Essas perguntas exigem que o leitor se atenha ao que está claramente exposto no texto.

Questões que esperam interpretação vêm com expressões como “Conclui-se que...” ou “O texto permite deduzir que...”. Essas perguntas exigem que o leitor vá além do que está escrito, inferindo significados com base no conteúdo e em seu próprio repertório.

#### Relacione o Texto com Seus Conhecimentos Prévios

A interpretação de um texto é profundamente influenciada pelo conhecimento prévio do leitor sobre o tema abordado. Portanto, ao ler, tente sempre relacionar as informações do texto com o que você já sabe. Isso ajuda a criar conexões mentais, tornando a interpretação mais rica e contextualizada.

**Exemplo:** Ao ler um texto sobre mudanças climáticas, considere suas próprias experiências e leituras anteriores sobre o tema para formular uma análise mais completa.

#### Identifique o Propósito do Autor

Outro aspecto importante na interpretação de textos é compreender a intenção do autor. Tente identificar o objetivo por trás do texto: o autor deseja informar, persuadir, argumentar, entreter? Essa identificação é essencial para interpretar corretamente o tom, a escolha das palavras e os argumentos apresentados.

**Exemplo:** Em uma crônica humorística, o autor pode utilizar ironia para criticar um comportamento social. Identificar esse tom permite uma interpretação mais precisa.

#### Releia o Texto Quando Necessário

A leitura atenta e pausada é fundamental, mas muitas vezes é necessário fazer uma segunda leitura para captar detalhes que passaram despercebidos na primeira. Ao reler, o leitor pode verificar a coesão e a coerência do texto, além de confirmar sua compreensão sobre os fatos e as ideias centrais.

**Dica:** Durante a releitura, tente focar em partes que parecem confusas inicialmente ou nas quais surgiram dúvidas.

#### Contextualize Figuras de Linguagem e Elementos Subjetivos

Muitos textos, especialmente os literários, utilizam figuras de linguagem (como metáforas, ironias e hipérboles) para enriquecer o conteúdo. Para interpretar esses recursos, é necessário compreender o contexto em que foram usados e o efeito que o autor deseja provocar no leitor.

**Exemplo:** Em uma poesia, uma metáfora pode estar presente para criar uma comparação implícita entre dois elementos, e a correta interpretação desse recurso enriquece a leitura.

#### Pratique Regularmente

Compreensão e interpretação são habilidades que se desenvolvem com a prática. Quanto mais textos você ler e analisar, maior será sua capacidade de decodificar informações e realizar inferências. Diversifique suas leituras, incluindo textos literários, científicos, jornalísticos e multimodais para ampliar sua gama de interpretação.

Essas dicas, quando aplicadas regularmente, ajudam a aprimorar tanto a compreensão quanto a interpretação de textos, desenvolvendo uma leitura crítica e atenta. Ao dominar essas técnicas, o leitor se torna mais apto a enfrentar desafios em provas e situações do cotidiano que exigem análise textual.

Dominar as habilidades de compreensão e interpretação de textos, tanto verbais quanto não-verbais, é essencial para uma comunicação eficaz e para o sucesso em avaliações acadêmicas e profissionais. A compreensão serve como a base para identificar e decodificar o conteúdo explícito de um texto, enquanto a interpretação exige uma análise mais profunda, onde o leitor emprega seus conhecimentos prévios e faz inferências subjetivas.

Com a aplicação de estratégias práticas, como o resumo de ideias, a consulta a dicionários, a atenção aos detalhes e a diferenciação entre fatos e opiniões, o leitor pode desenvolver uma leitura mais crítica e eficiente. Além disso, é importante reconhecer a intenção do autor e o tipo de questão que cada texto ou prova apresenta, a fim de adaptar sua abordagem à demanda específica, seja ela de compreensão ou interpretação.

Em última análise, compreender e interpretar textos é um processo contínuo que requer prática constante e atenção aos detalhes, permitindo ao leitor não apenas absorver informações, mas também refletir sobre elas e construir seu próprio entendimento do mundo ao seu redor. Essas competências, bem desenvolvidas, oferecem um diferencial em diversas áreas da vida pessoal e profissional.

### CONHECIMENTO DA NORMA CULTA NA MODALIDADE ESCRITA DO IDIOMA E APLICAÇÃO DA ORTOGRAFIA OFICIAL

#### A Linguagem Culta ou Padrão

É aquela ensinada nas escolas e serve de veículo às ciências em que se apresenta com terminologia especial. É aplicada pelas pessoas instruídas das diferentes classes sociais e caracteriza-se pela obediência às normas gramaticais. Tem o uso comum na linguagem escrita e literária, reflete o prestígio social e cultural. Além disso, é mais artificial, mais estável, e menos sujeita a variações. Entretanto, está presente nas aulas, conferências, sermões, discursos políticos, comunicações científicas, noticiários de TV, programas culturais etc.

Ouvindo e lendo é que você aprenderá a falar e a escrever bem. Procure ler muito, ler bons autores, para redigir bem.

A aprendizagem da língua inicia-se em casa, no contexto familiar, que é o primeiro círculo social para uma criança. A criança imita o que ouve e aprende, aos poucos, o vocabulário e as leis combinatórias da língua.

Um falante ao entrar em contato com outras pessoas em diferentes ambientes sociais como a rua, a escola e etc., começa a perceber que nem todos falam da mesma forma. Há pessoas que falam de forma diferente por pertencerem a outras cidades ou regiões do país, ou por fazerem parte de outro grupo ou classe social. Essas diferenças no uso da língua constituem as variedades linguísticas.

Certas palavras e construções que empregamos acabam denunciando quem somos socialmente, ou seja, em que região do país nascemos, qual nosso nível social e escolar, nossa formação e, às vezes, até nossos valores, círculo de amizades e

hobbies. O uso da língua também pode informar nossa timidez, sobre nossa capacidade de nos adaptarmos às situações novas e nossa insegurança.

A norma culta é a variedade linguística ensinada nas escolas, contida na maior parte dos livros, registros escritos, nas mídias televisivas, entre outros. Como variantes da norma padrão aparecem: a linguagem regional, a gíria, a linguagem específica de grupos ou profissões.

O ensino da língua culta na escola não tem a finalidade de condenar ou eliminar a língua que falamos em nossa família ou em nossa comunidade. O domínio da língua culta, somado ao domínio de outras variedades linguísticas, torna-nos mais preparados para comunicarmos nos diferentes contextos lingüísticos, já que a linguagem utilizada em reuniões de trabalho não deve ser a mesma utilizada em uma reunião de amigos no final de semana.

Portanto, saber usar bem uma língua equivale a saber empregá-la de modo adequado às mais diferentes situações sociais de que participamos.

A norma culta é responsável por representar as práticas linguísticas embasadas nos modelos de uso encontrados em textos formais. É o modelo que deve ser utilizado na escrita, sobretudo nos textos não literários, pois segue rigidamente as regras gramaticais. A norma culta conta com maior prestígio social e normalmente é associada ao nível cultural do falante: quanto maior a escolarização, maior a adequação com a língua padrão.

Exemplo:

Venho solicitar a atenção de Vossa Excelência para que seja conjurada uma calamidade que está prestes a desabar em cima da juventude feminina do Brasil. Refiro-me, senhor presidente, ao movimento entusiasta que está empolgando centenas de moças, atraindo-as para se transformarem em jogadoras de futebol, sem se levar em conta que a mulher não poderá praticar este esporte violento sem afetar, seriamente, o equilíbrio fisiológico de suas funções orgânicas, devido à natureza que dispôs a ser mãe.

#### A Linguagem Popular ou Coloquial

É usada espontânea e fluentemente pelo povo. Mostra-se quase sempre rebelde à norma gramatical e é carregada de vícios de linguagem (solecismo – erros de regência e concordância; barbarismo – erros de pronúncia, grafia e flexão; ambiguidade; cacofonia; pleonismo), expressões vulgares, gírias e preferência pela coordenação, que ressalta o caráter oral e popular da língua.

A linguagem popular está presente nas conversas familiares ou entre amigos, anedotas, irradiação de esportes, programas de TV e auditório, novelas, na expressão dos estados emocionais etc.

#### Dúvidas mais comuns da norma culta

##### – Perca ou perda:

Isto é uma perda de tempo ou uma perca de tempo?

Tomara que ele não perca o ônibus ou não perda o ônibus?

Quais são as frases corretas com perda e perca? Certo: Isto é uma perda de tempo.

## TEORIA DOS CONJUNTOS

Os conjuntos estão presentes em muitos aspectos da vida, seja no cotidiano, na cultura ou na ciência. Por exemplo, formamos conjuntos ao organizar uma lista de amigos para uma festa, ao agrupar os dias da semana ou ao fazer grupos de objetos. Os componentes de um conjunto são chamados de elementos, e para representar um conjunto, usamos geralmente uma letra maiúscula.

Na matemática, um conjunto é uma coleção bem definida de objetos ou elementos, que podem ser números, pessoas, letras, entre outros. A definição clara dos elementos que pertencem a um conjunto é fundamental para a compreensão e manipulação dos conjuntos.

### Símbolos importantes

- $\in$ : pertence
- $\notin$ : não pertence
- $\subset$ : está contido
- $\not\subset$ : não está contido
- $\supset$ : contém
- $\not\supset$ : não contém
- $/:$  tal que
- $\implies$ : implica que
- $\iff$ : se, e somente se
- $\exists$ : existe
- $\nexists$ : não existe
- $\forall$ : para todo(ou qualquer que seja)
- $\emptyset$ : conjunto vazio
- $\mathbb{N}$ : conjunto dos números naturais
- $\mathbb{Z}$ : conjunto dos números inteiros
- $\mathbb{Q}$ : conjunto dos números racionais
- $\mathbb{I}$ : conjunto dos números irracionais
- $\mathbb{R}$ : conjunto dos números reais

### Representações

Um conjunto pode ser definido:

- Enumerando todos os elementos do conjunto  
 $S = \{1, 3, 5, 7, 9\}$

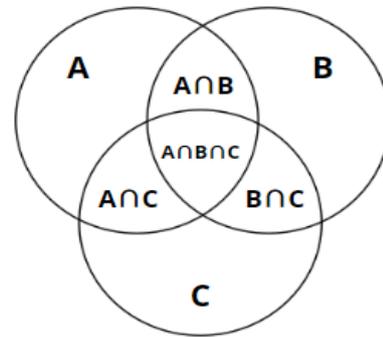
- Simbolicamente, usando uma expressão que descreva as propriedades dos elementos

$$B = \{x \in \mathbb{N} \mid x < 8\}$$

Enumerando esses elementos temos

$$B = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7\}$$

Através do Diagrama de Venn, que é uma representação gráfica que mostra as relações entre diferentes conjuntos, utilizando círculos ou outras formas geométricas para ilustrar as interseções e uniões entre os conjuntos.



### Subconjuntos

Quando todos os elementos de um conjunto A pertencem também a outro conjunto B, dizemos que:

- A é subconjunto de B ou A é parte de B
- A está contido em B escrevemos:  $A \subset B$

Se existir pelo menos um elemento de A que não pertence a B, escrevemos:  $A \not\subset B$

### Igualdade de conjuntos

Para todos os conjuntos A, B e C, para todos os objetos  $x \in U$  (conjunto universo), temos que:

- $A = A$ .
- Se  $A = B$ , então  $B = A$ .
- Se  $A = B$  e  $B = C$ , então  $A = C$ .
- Se  $A = B$  e  $x \in A$ , então  $x \in B$ .

Para saber se dois conjuntos A e B são iguais, precisamos apenas comparar seus elementos. Não importa a ordem ou repetição dos elementos.

Por exemplo, se  $A = \{1, 2, 3\}$ ,  $B = \{2, 1, 3\}$ ,  $C = \{1, 2, 2, 3\}$ , então  $A = B = C$ .

### Classificação

Chama-se cardinal de um conjunto, e representa-se por #, o número de elementos que ele possui.

Por exemplo, se  $A = \{45, 65, 85, 95\}$ , então  $\#A = 4$ .

Tipos de Conjuntos:

- Equipotente:** Dois conjuntos com a mesma cardinalidade.
- Infinito:** quando não é possível enumerar todos os seus elementos

- **Finito:** quando é possível enumerar todos os seus elementos
- **Singular:** quando é formado por um único elemento
- **Vazio:** quando não tem elementos, representados por  $S = \emptyset$  ou  $S = \{ \}$ .

**Pertinência**

Um conceito básico da teoria dos conjuntos é a relação de pertinência, representada pelo símbolo  $\in$ . As letras minúsculas designam os elementos de um conjunto e as letras maiúsculas, os conjuntos.

Por exemplo, o conjunto das vogais (V) é  $V = \{a, e, i, o, u\}$

- A relação de pertinência é expressa por:  $a \in V$ . Isso significa que o elemento a pertence ao conjunto V.
- A relação de não-pertinência é expressa por:  $b \notin V$ . Isso significa que o elemento b não pertence ao conjunto V.

**Inclusão**

A relação de inclusão descreve como um conjunto pode ser um subconjunto de outro conjunto. Essa relação possui três propriedades principais:

- Propriedade reflexiva:  $A \subset A$ , isto é, um conjunto sempre é subconjunto dele mesmo.
- Propriedade antissimétrica: se  $A \subset B$  e  $B \subset A$ , então  $A = B$ .
- Propriedade transitiva: se  $A \subset B$  e  $B \subset C$ , então,  $A \subset C$ .

**Operações entre conjuntos**

**1) União**

A união de dois conjuntos A e B é o conjunto formado pelos elementos que pertencem a pelo menos um dos conjuntos.

$$A \cup B = \{x | x \in A \text{ ou } x \in B\}$$

**Exemplo:**

$A = \{1,2,3,4\}$  e  $B = \{5,6\}$ , então  $A \cup B = \{1,2,3,4,5,6\}$

**Fórmulas:**

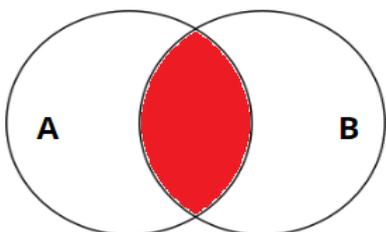
$$n(A \cup B) = n(A) + n(B) - n(A \cap B)$$

$$n(A \cup B \cup C) = n(A) + n(B) + n(C) + n(A \cap B \cap C) - n(A \cap B) - n(A \cap C) - n(B \cap C)$$

**2) Interseção**

A interseção dos conjuntos A e B é o conjunto formado pelos elementos que pertencem simultaneamente a A e B.

$$A \cap B = \{x | x \in A \text{ e } x \in B\}$$



**Exemplo:**

$A = \{a,b,c,d,e\}$  e  $B = \{d,e,f,g\}$ , então  $A \cap B = \{d, e\}$

**Fórmulas:**

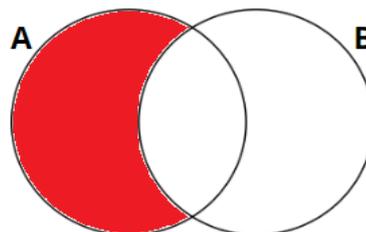
$$n(A \cap B) = n(A) + n(B) - n(A \cup B)$$

$$n(A \cap B \cap C) = n(A) + n(B) + n(C) - n(A \cup B) - n(A \cup C) - n(B \cup C) + n(A \cup B \cup C)$$

**3) Diferença**

A diferença entre dois conjuntos A e B é o conjunto dos elementos que pertencem a A mas não pertencem a B.

$$A \setminus B \text{ ou } A - B = \{x | x \in A \text{ e } x \notin B\}$$



**Exemplo:**

$A = \{0, 1, 2, 3, 4, 5\}$  e  $B = \{5, 6, 7\}$ , então  $A - B = \{0, 1, 2, 3, 4\}$ .

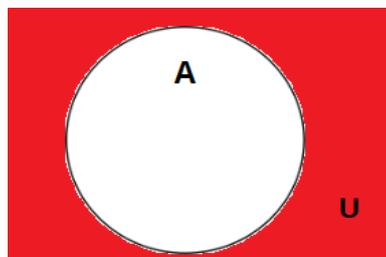
**Fórmula:**

$$n(A - B) = n(A) - n(A \cap B)$$

**4) Complementar**

O complementar de um conjunto A, representado por  $\bar{A}$  ou  $A^c$ , é o conjunto dos elementos do conjunto universo que não pertencem a A.

$$\bar{A} = \{x \in U | x \notin A\}$$



**Exemplo:**

$U = \{0,1,2,3,4,5,6,7\}$  e  $A = \{0,1,2,3,4\}$ , então  $\bar{A} = \{5,6,7\}$

**Fórmula:**

$$n(\bar{A}) = n(U) - n(A)$$

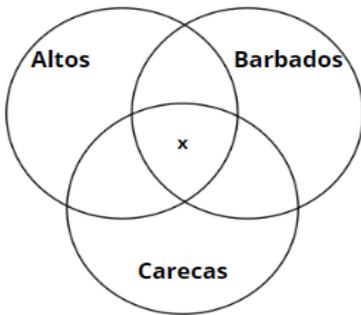
**Exemplos práticos**

**1. (MANAUSPREV – Analista Previdenciário – FCC/2015)** Em um grupo de 32 homens, 18 são altos, 22 são barbados e 16 são carecas. Homens altos e barbados que não são carecas são seis. Todos homens altos que são carecas, são também barbados. Sabe-se que existem 5 homens que são altos e não são barbados nem carecas. Sabe-se que existem 5 homens que são barbados e não são altos nem carecas. Sabe-se que existem 5 homens que são carecas e não são altos e nem barbados. Dentre todos esses homens, o número de barbados que não são altos, mas são carecas é igual a

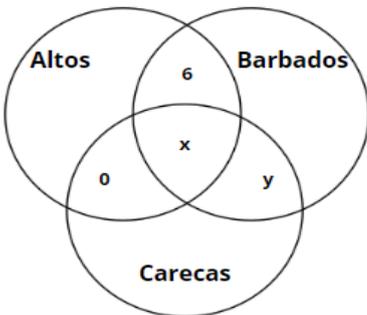
- (A) 4.
- (B) 7.
- (C) 13.
- (D) 5.
- (E) 8.

**Resolução:**

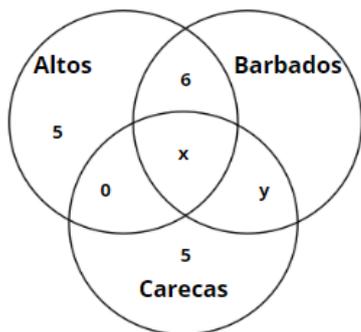
Primeiro, quando temos três conjuntos (altos, barbados e carecas), começamos pela interseção dos três, depois a interseção de cada dois, e por fim, cada um individualmente.



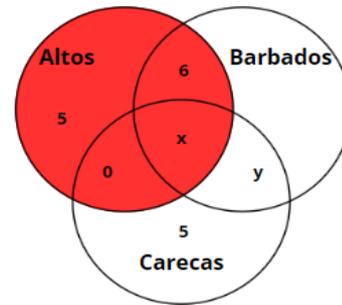
Se todo homem careca é barbado, então não teremos apenas homens carecas e altos. Portanto, os homens altos e barbados que não são carecas são 6.



Sabemos que existem 5 homens que são barbados e não são altos nem carecas e também que existem 5 homens que são carecas e não são altos e nem barbados

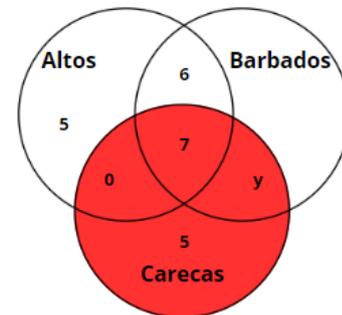


Sabemos que 18 são altos



Quando resolvermos a equação  $5 + 6 + x = 18$ , saberemos a quantidade de homens altos que são barbados e carecas.  
 $x = 18 - 11$ , então  $x = 7$

Carecas são 16



então  $7 + 5 + y = 16$ , logo número de barbados que não são altos, mas são carecas é  $Y = 16 - 12 = 4$

**Resposta: A.**

Nesse exercício, pode parecer complicado usar apenas a fórmula devido à quantidade de detalhes. No entanto, se você seguir os passos e utilizar os diagramas de Venn, o resultado ficará mais claro e fácil de obter.

2. (SEGPLAN/GO – Perito Criminal – FUNIVERSA/2015) Suponha que, dos 250 candidatos selecionados ao cargo de perito criminal:

- 1) 80 sejam formados em Física;
- 2) 90 sejam formados em Biologia;
- 3) 55 sejam formados em Química;
- 4) 32 sejam formados em Biologia e Física;
- 5) 23 sejam formados em Química e Física;
- 6) 16 sejam formados em Biologia e Química;
- 7) 8 sejam formados em Física, em Química e em Biologia.

Considerando essa situação, assinale a alternativa correta.  
 (A) Mais de 80 dos candidatos selecionados não são físicos nem biólogos nem químicos.

(B) Mais de 40 dos candidatos selecionados são formados apenas em Física.

(C) Menos de 20 dos candidatos selecionados são formados apenas em Física e em Biologia.

(D) Mais de 30 dos candidatos selecionados são formados apenas em Química.

(E) Escolhendo-se ao acaso um dos candidatos selecionados, a probabilidade de ele ter apenas as duas formações, Física e Química, é inferior a 0,05.

**Resolução:**

Para encontrar o número de candidatos que não são formados em nenhuma das três áreas, usamos a fórmula da união de três conjuntos (Física, Biologia e Química):

$$n(F \cup B \cup Q) = n(F) + n(B) + n(Q) + n(F \cap B \cap Q) - n(F \cap B) - n(F \cap Q) - n(B \cap Q)$$

Substituindo os valores, temos:

$$n(F \cup B \cup Q) = 80 + 90 + 55 + 8 - 32 - 23 - 16 = 162.$$

Temos um total de 250 candidatos

$$250 - 162 = 88$$

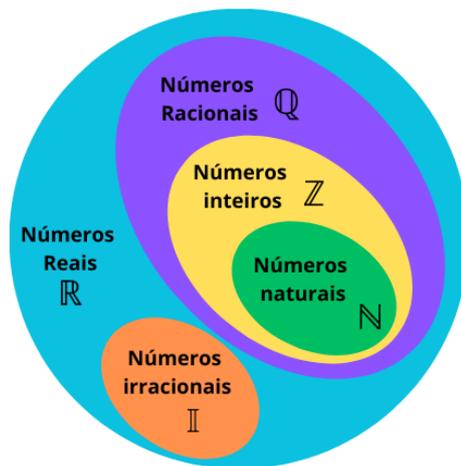
**Resposta: A.**

**Observação:** Em alguns exercícios, o uso das fórmulas pode ser mais rápido e eficiente para obter o resultado. Em outros, o uso dos diagramas, como os Diagramas de Venn, pode ser mais útil para visualizar as relações entre os conjuntos. O importante é treinar ambas as abordagens para desenvolver a habilidade de escolher a melhor estratégia para cada tipo de problema na hora da prova.

**CONJUNTOS DOS NÚMEROS REAIS (R): OPERAÇÕES, PROPRIEDADES E PROBLEMAS**

O conjunto dos números reais, representado por R, é a fusão do conjunto dos números racionais com o conjunto dos números irracionais. Vale ressaltar que o conjunto dos números racionais é a combinação dos conjuntos dos números naturais e inteiros. Podemos afirmar que entre quaisquer dois números reais há uma infinidade de outros números.

$$R = Q \cup I, \text{ sendo } Q \cap I = \emptyset \text{ (Se um número real é racional, não irracional, e vice-versa).}$$



Entre os conjuntos números reais, temos:

$R^* = \{x \in R \mid x \neq 0\}$ : conjunto dos números reais não-nulos.

$R_+ = \{x \in R \mid x \geq 0\}$ : conjunto dos números reais não-negativos.

$R^*_+ = \{x \in R \mid x > 0\}$ : conjunto dos números reais positivos.

$R_- = \{x \in R \mid x \leq 0\}$ : conjunto dos números reais não-positivos.

$R^*_- = \{x \in R \mid x < 0\}$ : conjunto dos números reais negativos.

Valem todas as propriedades anteriormente discutidas nos conjuntos anteriores, incluindo os conceitos de módulo, números opostos e números inversos (quando aplicável).

A representação dos números reais permite estabelecer uma relação de ordem entre eles. Os números reais positivos são maiores que zero, enquanto os negativos são menores. Expressamos a relação de ordem da seguinte maneira: Dados dois números reais, a e b,

$$a \leq b \leftrightarrow b - a \geq 0$$

# INFORMÁTICA

## SISTEMA OPERACIONAL MICROSOFT WINDOWS

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, parte da família de sistemas operacionais Windows NT. Lançado em julho de 2015, ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe uma série de melhorias e novidades, como o retorno do Menu Iniciar, a assistente virtual Cortana, o navegador Microsoft Edge e a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho. Projetado para ser rápido e seguro, o Windows 10 é compatível com uma ampla gama de dispositivos, desde PCs e tablets até o Xbox e dispositivos IoT.

### Principais Características e Novidades

– **Menu Iniciar:** O Menu Iniciar, ausente no Windows 8, retorna com melhorias no Windows 10. Ele combina os blocos dinâmicos (tiles) do Windows 8 com o design tradicional do Windows 7, permitindo fácil acesso a programas, configurações e documentos recentes.

– **Assistente Virtual Cortana:** A Cortana é uma assistente digital que permite realizar tarefas por comandos de voz, como enviar e-mails, configurar alarmes e pesquisar na web. Este recurso é similar ao Siri da Apple e ao Google Assistant.

– **Microsoft Edge:** O navegador Edge substituiu o Internet Explorer no Windows 10. Ele é mais rápido e seguro, oferecendo recursos como anotações em páginas web e integração com a Cortana para pesquisas rápidas.

– **Múltiplas Áreas de Trabalho:** Esse recurso permite criar várias áreas de trabalho para organizar melhor as tarefas e aplicativos abertos, sendo útil para multitarefas ou organização de projetos.

### Instalação do Windows

– Baixe a ferramenta de criação de mídia no site da Microsoft.

– Use-a para criar um pendrive bootável com a ISO do Windows.

– Reinicie o PC e entre na BIOS/UEFI para priorizar o boot pelo pendrive.

– Na instalação, selecione idioma e versão, depois a partição (formate se necessário).

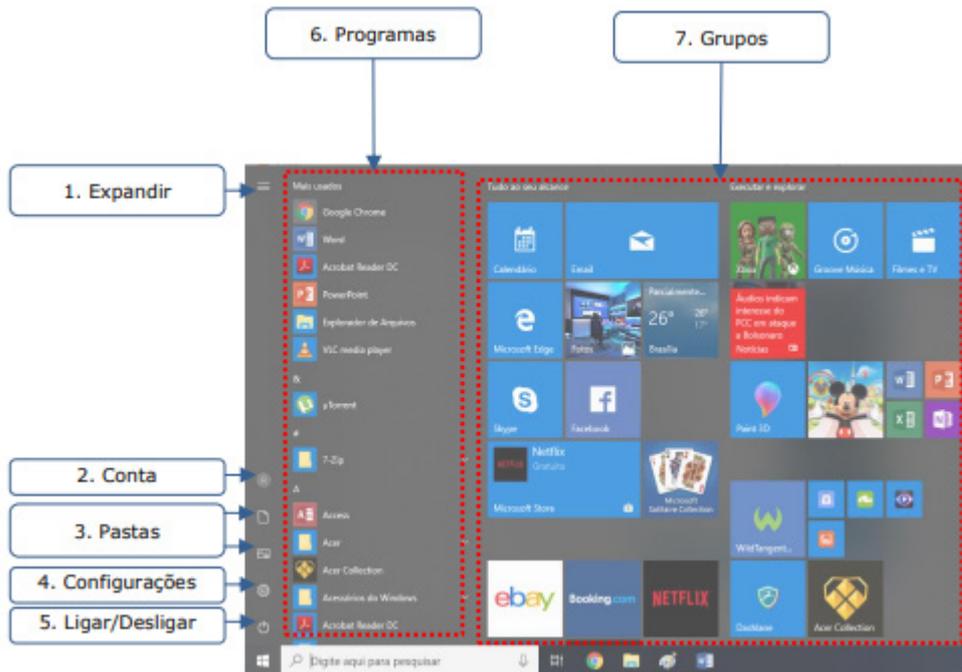
– Crie um usuário e siga os passos da configuração inicial.

– Após finalizar, o Windows estará pronto para uso.

**Operações de iniciar, reiniciar, desligar, login, logoff, bloquear e desbloquear**

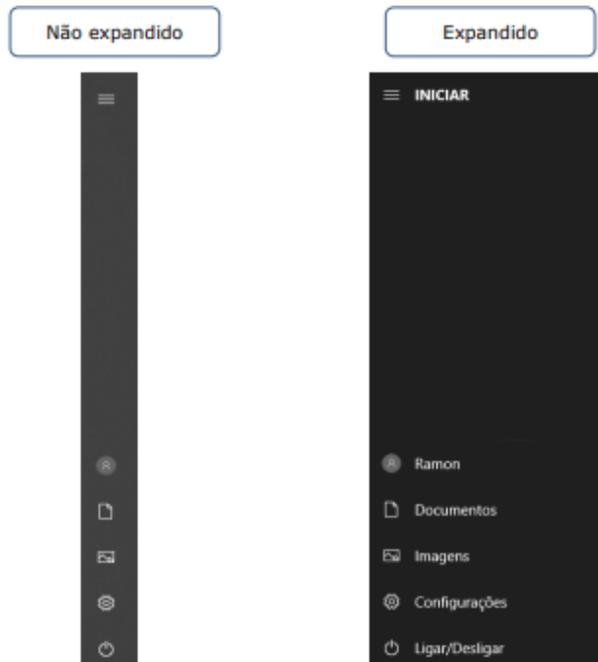
**Botão Iniciar**

O Botão Iniciar dá acesso aos programas instalados no computador, abrindo o Menu Iniciar que funciona como um centro de comando do PC.



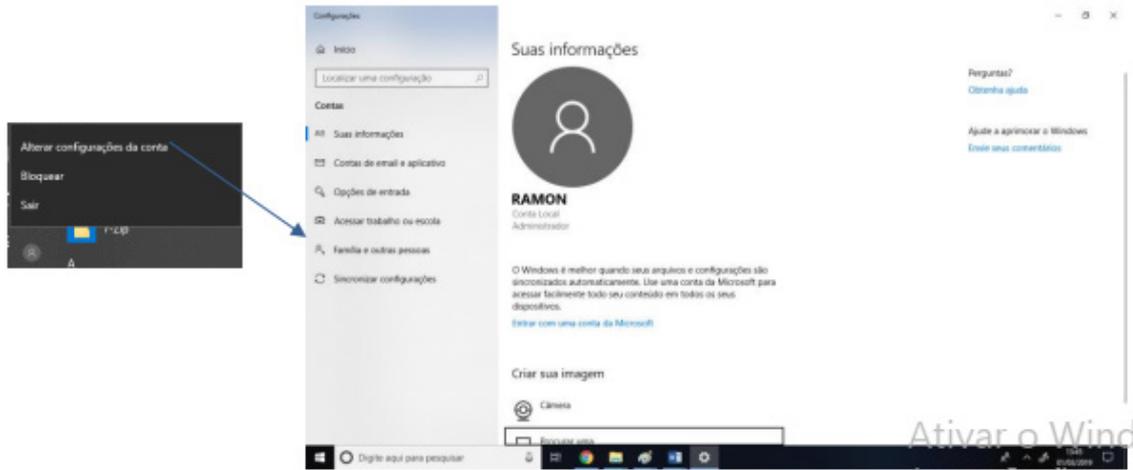
Menu Iniciar

**Expandir:** botão utilizado para expandir os itens do menu.



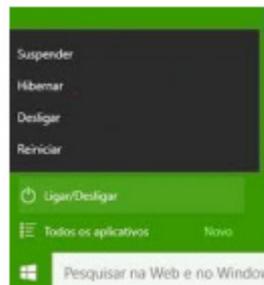
Botão Expandir

**Conta:** apresenta opções para configurar a conta do usuário logado, bloquear ou deslogar. Em Alterar configurações da conta é possível modificar as informações do usuário, cadastrar contas de e-mail associadas, definir opções de entrada como senha, PIN ou Windows Hello, além de outras configurações.



Configurações de conta

**Ligar/Desligar:** a opção “Desligar” serve para desligar o computador completamente. Caso existam programas abertos, o sistema não os salvará automaticamente, mas perguntará ao usuário se deseja salvá-los.



Outras opções são:

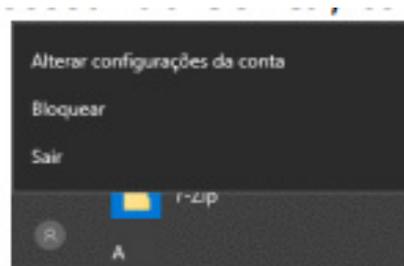
**a) Reiniciar:** reinicia o computador. É útil para finalizar a instalação de aplicativos e atualizações do sistema operacional, mas, com frequência, não é um processo necessário.

**b) Suspender:** leva o computador para um estado de economia de energia que permite que o computador volte a funcionar normalmente após alguns segundos. Todas as tarefas são mantidas, podendo o usuário continuar o trabalho.

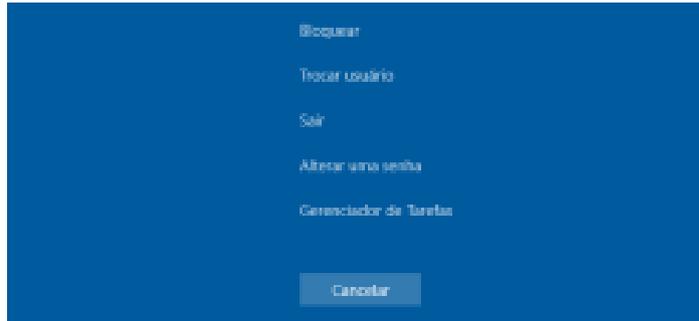
Em portáteis, o Windows salva automaticamente todo o trabalho e desliga o computador se a bateria está com muito pouca carga. Muitos portáteis entram em suspensão quando você fecha a tampa ou pressiona o botão de energia.

**c) Hibernar:** opção criada para notebooks e pode não está disponível em todos os computadores. É um sistema de economia de energia que coloca no disco rígido os documentos e programas abertos e desliga o computador. Hibernar usa menos energia do que Suspender e, quando você reinicializa o computador, mas não volta tão rapidamente quanto a Suspensão ao ponto em que estava.

Além dessas opções, acessando Conta, temos:

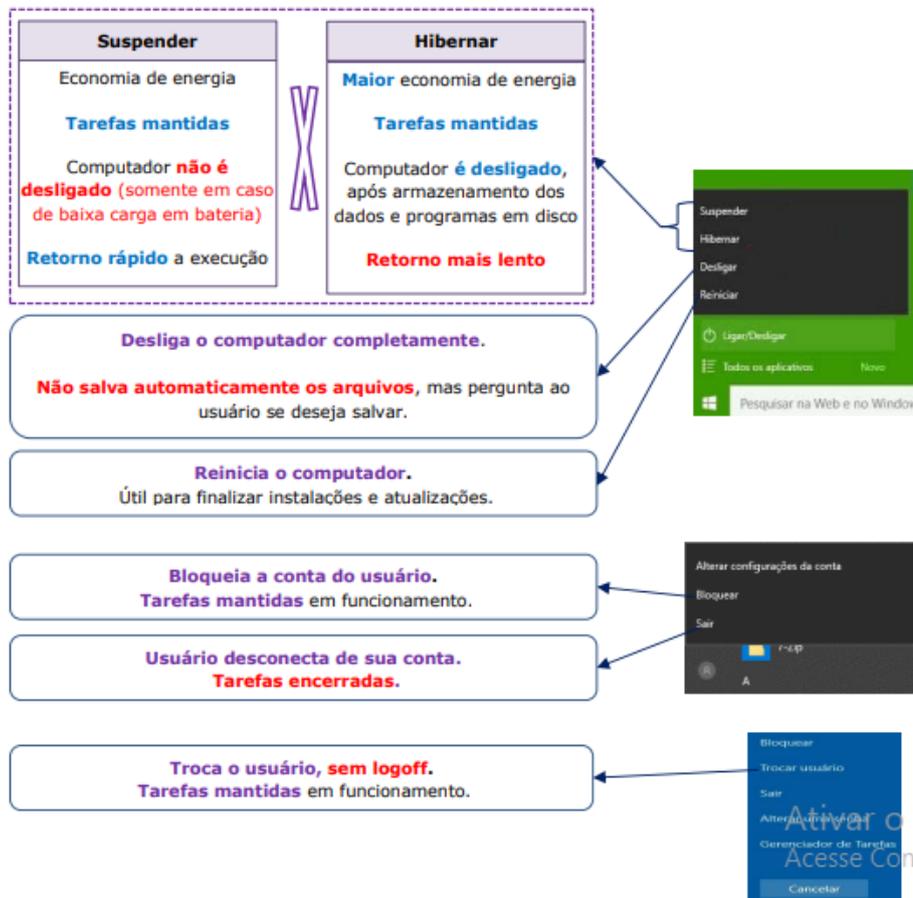


- d) **Sair:** o usuário desconecta de sua conta, e todas as suas tarefas são encerradas.  
 e) **Bloquear:** bloqueia a conta do usuário, mantendo todas as tarefas em funcionamento.  
 Para trocar o usuário, basta apertar CTRL + ALT + DEL:



- f) **Trocar usuário:** simplesmente dá a opção de trocar de usuário, sem que o usuário atual faça o logoff. Assim, todas as tarefas são mantidas em funcionamento, e quando o usuário quiser, basta acessar sua conta para continuar de onde parou.

Esquemmatizando essas opções:



Ligar/Desligar e outras opções.

### Área de trabalho, ícones e atalhos

#### Área de Trabalho

A Área de trabalho (ou desktop) é a principal área exibida na tela quando você liga o computador e faz logon no Windows. É o lugar que exibe tudo o que é aberto (programas, pastas, arquivos) e que também organiza suas atividades.

# CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

## O SISTEMA ESCOLAR BRASILEIRO SEGUNDO A LEGISLAÇÃO ATUAL

O sistema escolar brasileiro é regulado por um conjunto de normas que garantem o direito à educação e estabelecem diretrizes para sua organização e funcionamento. A principal legislação que rege o ensino no Brasil é a Constituição Federal de 1988, especialmente no artigo 205 ao 214, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996. Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE), atualizado periodicamente, estabelece metas para o desenvolvimento da educação no país. Este texto abordará a estrutura do sistema escolar brasileiro conforme a legislação vigente, detalhando seus níveis e modalidades, a organização federativa da educação e os desafios enfrentados na implementação das políticas educacionais.

### Princípios e Diretrizes da Educação Brasileira

#### Princípios Fundamentais

A educação no Brasil deve seguir princípios previstos na Constituição Federal, especialmente no artigo 206, que estabelece diretrizes como:

- Igualdade de condições para acesso e permanência na escola;
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento;
- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- Gestão democrática do ensino público;
- Valorização dos profissionais da educação;
- Garantia de padrão de qualidade;
- Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

Além disso, a LDB reforça esses princípios e define regras para o funcionamento da educação básica e superior.

#### Diretrizes da Política Educacional

A política educacional brasileira segue diretrizes nacionais formuladas pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), com participação dos estados e municípios. O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece metas a serem cumpridas em um período de 10 anos, abrangendo desde a educação infantil até o ensino superior.

### Estrutura do Sistema Escolar Brasileiro

#### Educação Básica

A educação básica é composta por três etapas:

- Educação Infantil (creche e pré-escola, para crianças de 0 a 5 anos);

- Ensino Fundamental (anos iniciais e finais, do 1º ao 9º ano, obrigatório para crianças de 6 a 14 anos);
- Ensino Médio (3 anos de duração, obrigatório para adolescentes a partir de 15 anos).

A obrigatoriedade da educação básica está prevista no artigo 208 da Constituição e na LDB, que estabelece a responsabilidade do Estado em garantir o acesso universal.

#### Educação Superior

O ensino superior no Brasil é dividido em:

- Graduação (bacharelado, licenciatura e tecnólogo);
- Pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado).

As universidades públicas e privadas seguem normas estabelecidas pelo MEC e são avaliadas por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

#### Modalidades de Ensino

Além das etapas regulares, a legislação prevê modalidades específicas para atender diferentes públicos:

#### Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Destinada a quem não teve acesso à educação na idade adequada, garantindo a alfabetização e certificação de ensino fundamental e médio.

#### Educação Especial

Atende pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

#### Educação Profissional e Tecnológica

Inclui cursos técnicos e tecnológicos voltados para a formação profissional, regulamentados pela Lei nº 11.741/2008.

#### Educação Indígena e Quilombola

Prevê o respeito às especificidades culturais e linguísticas das comunidades indígenas e quilombolas, garantindo ensino bilíngue e conteúdos contextualizados.

#### Organização Federativa e Financiamento da Educação

A educação no Brasil é responsabilidade da União, estados, municípios e Distrito Federal, conforme o artigo 211 da Constituição. O financiamento ocorre por meio de programas como:

- Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica);
- PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar);
- PNLD (Programa Nacional do Livro Didático).

### Desafios e Perspectivas da Educação Brasileira

Apesar dos avanços legislativos, desafios persistem, como a evasão escolar, a valorização dos professores e a infraestrutura das escolas. O futuro da educação brasileira depende da implementação eficaz das políticas públicas e do cumprimento das metas do PNE.

## A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

A construção do conhecimento é um processo fundamental no campo da educação e das ciências cognitivas, relacionado à maneira como os indivíduos adquirem, organizam e integram novos saberes. Esse processo não envolve apenas a assimilação de informações passadas de forma mecânica, mas ocorre de maneira ativa e contínua, onde o sujeito participa ativamente da construção do seu aprendizado. Teóricos como Jean Piaget, Lev Vygotsky e Jerome Bruner ofereceram contribuições valiosas para a compreensão desse fenômeno, destacando a importância das interações entre o indivíduo, o meio social e os estímulos culturais na formação do conhecimento.

A construção do conhecimento depende de múltiplos fatores, incluindo a interação social, a experiência prévia e a mediação pedagógica, que devem ser cuidadosamente planejadas para promover uma aprendizagem significativa e duradoura. O conceito de construção é oposto à ideia de um ensino meramente passivo e linear, sugerindo que a aprendizagem ocorre por meio de reflexões, reorganizações mentais e adaptações.

### A Teoria de Jean Piaget: A Construção Cognitiva

Jean Piaget é um dos mais influentes teóricos sobre o desenvolvimento cognitivo. Para ele, a construção do conhecimento ocorre por meio de um processo ativo, em que o indivíduo reorganiza mentalmente as informações com base em suas interações com o ambiente. Piaget descreveu o processo de construção do conhecimento como sendo composto por dois mecanismos fundamentais:

- **Assimilação:** Quando o indivíduo incorpora novas informações ao que já sabe, sem alterar significativamente suas estruturas cognitivas. Por exemplo, uma criança que já conhece o conceito de "gato" pode assimilar o conhecimento sobre novos tipos de gatos que encontrar.

- **Acomodação:** Quando novas informações desafiam o que o indivíduo sabe, e ele precisa ajustar suas estruturas cognitivas para acomodar esse novo conhecimento. Por exemplo, ao encontrar um animal que se parece com um gato, mas que se comporta de maneira diferente, a criança pode modificar suas estruturas mentais para incluir uma nova categoria de animais.

Piaget também propôs os estágios de desenvolvimento cognitivo, que descrevem como as crianças constroem o conhecimento em diferentes fases da vida, com cada estágio caracterizado por formas de pensamento mais complexas.

### A Teoria de Vygotsky: A Construção Social do Conhecimento

Lev Vygotsky, por sua vez, destacou o papel central da interação social no processo de construção do conhecimento. Para ele, o aprendizado não é apenas o resultado de processos internos, mas sim de interações mediadas com o ambiente social e cultural. Vygotsky propôs o conceito de zona de desenvolvimento proximal (ZDP), que define a distância entre o que o indivíduo consegue fazer sozinho e o que pode fazer com a ajuda de outros.

Na abordagem de Vygotsky:

- O conhecimento é construído com a mediação de figuras como professores e colegas mais experientes, que ajudam o aprendiz a realizar tarefas e entender conceitos que ele não poderia desenvolver sozinho.

- O diálogo e a linguagem são essenciais na construção do conhecimento, pois permitem a troca de ideias e a internalização dos conceitos discutidos. A comunicação promove o avanço cognitivo ao expandir o alcance da compreensão do aprendiz.

Vygotsky também enfatizou o papel da cultura e dos artefatos culturais na formação do conhecimento, sugerindo que o desenvolvimento cognitivo é moldado pelas ferramentas culturais e pelo ambiente em que o indivíduo está inserido.

### Jerome Bruner e a Aprendizagem por Descoberta

Jerome Bruner complementa as teorias de Piaget e Vygotsky ao destacar a importância da aprendizagem por descoberta, na qual o aluno constrói o conhecimento ao explorar e investigar problemas. Para Bruner, os alunos devem ser incentivados a descobrir relações e conceitos por meio de um processo ativo de investigação e experimentação, em vez de receber passivamente as informações do professor.

Os principais conceitos de Bruner incluem:

- **Andamiação:** Um processo no qual o professor fornece suporte temporário para o aluno até que ele seja capaz de realizar uma tarefa de forma autônoma. Esse suporte é gradualmente retirado à medida que o aluno adquire maior independência no processo de aprendizagem.

- **Aprendizagem espiral:** O conhecimento deve ser revisitado em diferentes níveis de complexidade à medida que o aluno progride. Isso permite que os conceitos sejam consolidados de maneira mais profunda, adaptando-se ao nível de desenvolvimento cognitivo do estudante.

Bruner acredita que a aprendizagem ocorre de maneira mais significativa quando os alunos são desafiados a pensar e resolver problemas por conta própria, em vez de simplesmente memorizar respostas prontas.

### A Aplicação da Construção do Conhecimento no Ensino

Na prática educacional, a construção do conhecimento requer a criação de um ambiente de aprendizado que promova a exploração, a curiosidade e a autonomia dos alunos. Algumas estratégias para facilitar esse processo incluem:

- **Métodos ativos de ensino:** A adoção de metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos (PBL), estudos de caso e trabalhos colaborativos, ajuda a envolver os alunos em processos investigativos e de solução de problemas, em vez de uma aprendizagem puramente passiva.

- **Mediação docente:** O professor deve atuar como um facilitador, orientando os alunos no processo de descoberta e oferecendo suporte quando necessário. Isso pode envolver a formulação de perguntas instigantes, a promoção de debates em sala de aula e a oferta de feedback construtivo.

- **Interdisciplinaridade:** Integrar diferentes áreas do conhecimento em projetos interdisciplinares permite que os alunos compreendam como os conceitos estão conectados, aplicando o que aprenderam em contextos variados e significativos.

#### ATIVIDADES ADEQUADAS E UTILIZAÇÃO DE JOGOS NA APRENDIZAGEM

##### — O jogo e o lúdico como recurso pedagógico

Na busca por respostas sobre como tornar o ensino agradável tanto para os alunos quanto para os professores descobrimos que o uso de jogos bem como de atividades lúdicas, como recursos metodológicos, podem ser a saída para melhorar o processo de ensino/aprendizagem e tornar o trabalho educacional realizado em nossas escolas mais dinâmico e prazeroso. Toda prática pedagógica deve proporcionar alegria aos alunos no processo de aprendizagem<sup>1</sup>.

Existem estudiosos que defendem a utilização de jogos e atividades lúdicas como ferramenta facilitadora do processo de ensino e aprendizagem. Para eles, o trabalho utilizando a ludicidade contribui para que haja a interação entre docente e discente.

O lúdico é eminentemente educativo no sentido em que constitui a força impulsora de nossa curiosidade a respeito do mundo e da vida, o princípio de toda descoberta e toda criação. É através do lúdico o sujeito toma consciência do seu meio, de tudo que está a sua volta, estabelecendo relações com esse meio, aprendendo com ele e através dele.

O que a ludicidade traz de novo é o fato de que quando o ser humano age de forma lúdica vivencia uma experiência plena, isto é, ele se envolve profundamente na execução da atividade. Sendo assim, o trabalho utilizando a ludicidade pode contribuir para que o aluno tenha maior interesse pela atividade e se comprometa com sua realização de forma prazerosa.

Os jogos e as brincadeiras são atividades lúdicas que estão presentes em toda atividade humana. Por meio dessas atividades, o indivíduo se socializa, elabora conceitos, formula ideias, estabelece relações lógicas e integra percepções. Essas atividades fazem parte da construção do sujeito.

A ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o

desenvolvimento pessoal, social e cultural, E facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento.

O lúdico é um recurso pedagógico que pode ser mais utilizado, pois possui componentes do cotidiano e desperta o interesse do educando, que se torna sujeito ativo do processo de construção do conhecimento. Através do lúdico, o professor tem a chance de tornar sua prática pedagógica inovadora, pois além de desenvolver atividades divertidas, o professor pode proporcionar situações de interação entre os alunos melhorando a forma de relacionamentos entre os mesmos.

O uso de jogos educativos com fins pedagógicos, nos leva para situações de ensino-aprendizagem visto que a criança aprende de forma prazerosa e participativa. No que se refere ao aspecto cognitivo, o jogo contribui para que a criança adquira conhecimento e desenvolva habilidades e competências.

Nesse sentido, o professor deve procurar proporcionar situações de aprendizagem motivadoras, de acordo com o nível de desenvolvimento cognitivo do aluno, em atividades que possam desafiar-lo, despertando assim seu interesse pelo que está sendo ensinado em sala de aula. O processo de construção do saber através do jogo como recurso pedagógico ocorre porque, ao participar da ação lúdica, a criança inicialmente estabelece metas, constrói estratégias, planeja, utilizando, assim, o raciocínio e o pensamento.

Essas ações são imprescindíveis para que ocorra, de fato, a aprendizagem. Portanto, o uso de atividades lúdicas como brincadeiras, jogos, músicas, expressão corporal, como prática pedagógica, além de contribuir para o aprendizado dos alunos possibilita ao professor o preparo de aulas mais dinâmicas e interessantes.

Segundo Vygotsky, o brincar relaciona-se ainda com a aprendizagem. Brincar é aprender; na brincadeira, reside a base daquilo que, mais tarde, permitirá à criança aprendizagens mais elaboradas. O lúdico torna-se, assim, uma proposta educacional para o enfrentamento das dificuldades no processo ensino-aprendizagem.

Nesse sentido a utilização de jogos e atividades lúdicas, como ferramenta de ensino e facilitadora da aprendizagem, pode contribuir para melhorar a prática pedagógica do professor, despertando o interesse dos alunos pelas atividades desenvolvidas na sala de aula e, na escola de modo geral.

##### — Possibilidades educativas do/no jogo

O jogo como recurso pedagógico tem sido tema de estudos de diferentes autores. Alguns estudiosos salientam que quando o adulto, no caso da educação o professor, criam situações lúdicas com a finalidade de estimular “certos tipos de aprendizagem” dão ao jogo uma dimensão educativa.

O jogo é um instrumento pedagógico muito significativo. No contexto cultural e biológico é uma atividade livre, alegre que engloba uma significação. É de grande valor social, oferecendo inúmeras possibilidades educacionais, pois favorece o desenvolvimento corporal, estimula a vida psíquica e a inteligência, contribui para adaptação ao grupo, preparando a criança para viver em sociedade.

Defende-se a utilização de jogos e atividades lúdicas como ferramenta facilitadora do processo de ensino e aprendizagem. O trabalho utilizando a ludicidade contribui para que haja a interação entre docente e discente.

<sup>1</sup> [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2014/2014\\_uepg\\_ped\\_pdp\\_marcia\\_cristina\\_da\\_silveira\\_kiya.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uepg_ped_pdp_marcia_cristina_da_silveira_kiya.pdf)

O entendimento do jogo como recurso pedagógico passa pela concepção de que, se a escola tem objetivos a atingir e o aluno busca a construção de seu conhecimento, qualquer atividade dirigida e orientada visa a um resultado e possui finalidades pedagógicas. Nesse sentido, o uso do jogo ou de qualquer outra atividade lúdica quando utilizado pelo professor com o intuito de ensinar, de mediar à aprendizagem, pode ser entendido como um recurso pedagógico facilitador que tornará a aprendizagem mais significativa e prazerosa.

Também defende-se a utilização deste recurso como ferramenta de ensino, visto que o jogo está no centro da constituição de uma identidade, e nesse sentido ele é um espaço de aprendizagem. Brincar faz parte do cotidiano da criança. É através da brincadeira, do lúdico que ela toma consciência do seu meio, de tudo que está a sua volta, estabelecendo relações com esse meio, aprendendo com ele e através dele.

O trabalho com jogos, no que se refere ao aspecto cognitivo, visa a contribuir para que as crianças possam adquirir conhecimento e desenvolver suas habilidades e competências. O jogar possibilita a criança desenvolver habilidades cognitivas que lhe permitirão internalizar conceitos e relacioná-los as atividades do seu cotidiano.

A utilização do jogo potencializa a exploração e a construção do conhecimento, por contar com a motivação interna, típica do lúdico. Quando o professor utiliza o jogo como ferramenta de ensino ele contribui para que a criança relacione a aprendizagem a algo prazeroso e isso desperta o interesse da criança por aquilo que está sendo ensinado.

#### — Habilidades desenvolvidas através do jogo

Muitos são os estudos sobre o uso de jogos e de atividades lúdicas de modo geral, como recurso pedagógico facilitador do processo ensino e aprendizagem. No entanto, poucos professores fazem uso desses recursos e os que fazem nem sempre conseguem adaptá-los aos conteúdos a serem trabalhados.

O jogo, para ser utilizado como recurso pedagógico, precisa ser contextualizado significativamente para o aluno por meio da utilização de materiais concretos e da atenção à sua historicidade. Nesse sentido, cabe ao professor identificar as necessidades educacionais de seus alunos e a complexidade dos conteúdos para então poder fazer as adaptações necessárias para que a atividade lúdica ou o jogo possa ser bem explorado, e assim contribua para facilitar o processo de ensino e aprendizagem.

O jogo, enquanto atividade lúdica, além de ser prazeroso pode contribuir para estimular, na criança, diferentes esquemas de conhecimentos que são necessários para que haja a aprendizagem. Muitos aspectos podem ser trabalhados por meio da confecção e da aplicação de jogos selecionados, com objetivos como: aprender a lidar com a ansiedade; refletir sobre limites; estimular a autonomia; desenvolver e aprimorar as funções neurosensoriomotoras; desenvolver a atenção e a concentração; ampliar a elaboração de estratégias; estimular o raciocínio lógico e a criatividade.

É muito instigante o trabalho utilizando os jogos como instrumento pedagógico para a aprendizagem. O uso desse instrumento contribui para que professores tornem suas aulas mais dinâmicas e assim, a aprendizagem se dê de forma mais espontânea.

Para Vygotsky, o lúdico influencia enormemente o desenvolvimento da criança. É através do jogo que a criança aprende a agir, sua curiosidade é estimulada, adquire iniciativa e autoconfiança, proporciona o desenvolvimento da linguagem, do pensamento e da concentração.

Piaget também ressalta a importância desse instrumento no desenvolvimento de aspectos cognitivos da criança. Segundo ele, “o jogo é fundamental para o desenvolvimento cognitivo, pois, ao representar situações imaginárias, a criança tem a possibilidade de desenvolver o pensamento abstrato”. Vygotsky corrobora afirmando que “enquanto brinca a criança concentra sua atenção na atividade em si e não nos resultados e efeitos”.

No entanto, para que o jogo ou qualquer atividade lúdica tenha sentido e função educacional é preciso que o professor tenha claro o que ele pretende com a utilização desses recursos, qual objetivo quer alcançar. Cabe ao educador conhecer a possibilidade da utilização de diferentes recursos pedagógicos com a orientação metodológica de seu trabalho.

Em seu livro *Jogos na Educação: criar, fazer, jogar*, a autora Maria da Glória Lopes cita os objetivos pedagógicos no contexto escolar e clínico que podem ser atingidos através do uso de atividades com jogos. Abaixo, elencaremos os objetivos, segundo a autora, de cunho pedagógico.

Assim, segundo a autora, os objetivos que podem ser atingidos através dos jogos são:

– **Aprimorar a coordenação motora:** algumas crianças apresentam defasagem de coordenação motora fina que acaba influenciando na sua escrita. Alunos com letra a “feia” precisam de atividades que possibilitem desenvolver essa coordenação motora.

Alguns jogos e atividades como dobraduras, colagens, pinturas, desenhos, manipulação de tesouras, etc., possibilitam ao aluno esse exercício motor.

– **Desenvolver a organização espacial:** a desorganização espacial é uma dificuldade apresentada por algumas crianças quando precisam realizar cálculo mental do espaço disponível. Elas são desastradas, caem, esbarram e derrubam tudo.

Também apresentam dificuldades para manter seu material em ordem e não conseguem ordenar fatos em uma sequência lógica dos acontecimentos.

– **Melhorar o controle segmentar:** quando se escreve precisa-se do trabalho somente de uma das mãos e do antebraço. Quando não possui um controle segmentar, a criança força o braço inteiro, os ombros, o pescoço, a mandíbula, a testa e os olhos causando fadiga, tensão e desânimo para a tarefa de escrita.

Atividades como a confecção de jogos, orientados pelo professor, ajudam a criança a aprender a controlar os segmentos de seu corpo.

– **Aumentar a atenção e a concentração:** a falta de atenção e concentração interfere na aprendizagem. Os motivos são muitos, mas o mais comum é a falta de interesse pela atividade proposta.

É preciso motivar e despertar o interesse da criança pela atividade que terá que realizar. É possível exercitar essa habilidade através de atividades que estimulem, gradualmente, o aumento da atenção.

## CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 – (ARTIGOS 205 A 214)

### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

#### CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO ESPORTO

##### SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didáticoescolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§ 6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão ação redistributiva em relação a suas escolas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 7º O padrão mínimo de qualidade de que trata o § 1º deste artigo considerará as condições adequadas de oferta e terá como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ), pactuados em regime de colaboração na forma disposta em lei complementar, conforme o parágrafo único do art. 23 desta Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no “caput” deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Decreto nº 6.003, de 2006)

§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§ 7º É vedado o uso dos recursos referidos no caput e nos §§ 5º e 6º deste artigo para pagamento de aposentadorias e de pensões. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 8º Na hipótese de extinção ou de substituição de impostos, serão redefinidos os percentuais referidos no caput deste artigo e no inciso II do caput do art. 212-A, de modo que resultem recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, bem como os recursos subvinculados aos fundos de que trata o art. 212-A desta Constituição, em aplicações equivalentes às anteriormente praticadas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 9º A lei disporá sobre normas de fiscalização, de avaliação e de controle das despesas com educação nas esferas estadual, distrital e municipal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212-A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020) Regulamento

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

II - os fundos referidos no inciso I do caput deste artigo serão constituídos por 20% (vinte por cento): (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

a) das parcelas dos Estados no imposto de que trata o art. 156-A; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

b) da parcela do Distrito Federal no imposto de que trata o art. 156-A, relativa ao exercício de sua competência estadual, nos termos do art. 156-A, § 2º; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

c) dos recursos a que se referem os incisos I, II e III do caput do art. 155, o inciso II do caput do art. 157, os incisos II, III e IV do caput do art. 158 e as alíneas “a” e “b” do inciso I e o inciso II do caput do art. 159 desta Constituição; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

III - os recursos referidos no inciso II do caput deste artigo serão distribuídos entre cada Estado e seus Municípios, proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica presencial matriculados nas respectivas redes, nos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 desta Constituição, observadas as pon-

derações referidas na alínea “a” do inciso X do caput e no § 2º deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

IV - a União complementar os recursos dos fundos a que se refere o inciso II do caput deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

V - a complementação da União será equivalente a, no mínimo, 23% (vinte e três por cento) do total de recursos a que se refere o inciso II do caput deste artigo, distribuída da seguinte forma: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

a) 10 (dez) pontos percentuais no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, sempre que o valor anual por aluno (VAAF), nos termos do inciso III do caput deste artigo, não alcançar o mínimo definido nacionalmente; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

b) no mínimo, 10,5 (dez inteiros e cinco décimos) pontos percentuais em cada rede pública de ensino municipal, estadual ou distrital, sempre que o valor anual total por aluno (VAAT), referido no inciso VI do caput deste artigo, não alcançar o mínimo definido nacionalmente; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

c) 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) pontos percentuais nas redes públicas que, cumpridas condicionalidades de melhoria de gestão previstas em lei, alcancem evolução de indicadores a serem definidos, de atendimento e melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades, nos termos do sistema nacional de avaliação da educação básica; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

VI - o VAAT será calculado, na forma da lei de que trata o inciso X do caput deste artigo, com base nos recursos a que se refere o inciso II do caput deste artigo, acrescidos de outras receitas e de transferências vinculadas à educação, observado o disposto no § 1º e consideradas as matrículas nos termos do inciso III do caput deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

VII - os recursos de que tratam os incisos II e IV do caput deste artigo serão aplicados pelos Estados e pelos Municípios exclusivamente nos respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 desta Constituição; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

VIII - a vinculação de recursos à manutenção e ao desenvolvimento do ensino estabelecida no art. 212 desta Constituição suportará, no máximo, 30% (trinta por cento) da complementação da União, considerados para os fins deste inciso os valores previstos no inciso V do caput deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

IX - o disposto no caput do art. 160 desta Constituição aplica-se aos recursos referidos nos incisos II e IV do caput deste artigo, e seu descumprimento pela autoridade competente importará em crime de responsabilidade; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

X - a lei disporá, observadas as garantias estabelecidas nos incisos I, II, III e IV do caput e no § 1º do art. 208 e as metas pertinentes do plano nacional de educação, nos termos previstos no art. 214 desta Constituição, sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

a) a organização dos fundos referidos no inciso I do caput deste artigo e a distribuição proporcional de seus recursos, as diferenças e as ponderações quanto ao valor anual por aluno entre

etapas, modalidades, duração da jornada e tipos de estabelecimento de ensino, observados as respectivas especificidades e os insumos necessários para a garantia de sua qualidade; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

b) a forma de cálculo do VAAF decorrente do inciso III do caput deste artigo e do VAAT referido no inciso VI do caput deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

c) a forma de cálculo para distribuição prevista na alínea “c” do inciso V do caput deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

d) a transparência, o monitoramento, a fiscalização e o controle interno, externo e social dos fundos referidos no inciso I do caput deste artigo, assegurada a criação, a autonomia, a manutenção e a consolidação de conselhos de acompanhamento e controle social, admitida sua integração aos conselhos de educação; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

e) o conteúdo e a periodicidade da avaliação, por parte do órgão responsável, dos efeitos redistributivos, da melhoria dos indicadores educacionais e da ampliação do atendimento; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

XI - proporção não inferior a 70% (setenta por cento) de cada fundo referido no inciso I do caput deste artigo, excluídos os recursos de que trata a alínea “c” do inciso V do caput deste artigo, será destinada ao pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, observado, em relação aos recursos previstos na alínea “b” do inciso V do caput deste artigo, o percentual mínimo de 15% (quinze por cento) para despesas de capital; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

XII - lei específica disporá sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério da educação básica pública; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

XIII - a utilização dos recursos a que se refere o § 5º do art. 212 desta Constituição para a complementação da União ao Fundeb, referida no inciso V do caput deste artigo, é vedada. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

XIV - no exercício de 2025, da complementação de que trata o inciso V do caput, até 10% (dez por cento) dos valores de cada uma das modalidades referidas nesse dispositivo poderão ser repassados pela União para ações de fomento à criação de matrículas em tempo integral na educação básica pública, considerados indicadores de atendimento, melhoria da qualidade e redução de desigualdades, mantida a classificação orçamentária do repasse como Fundeb, não se aplicando, para fins deste inciso, os critérios de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” do inciso V deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 135, de 2024)

XV - a partir do exercício de 2026, no mínimo 4% (quatro por cento) dos recursos dos fundos referidos no inciso I do caput deste artigo serão destinados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios à criação de matrículas em tempo integral na educação básica, conforme diretrizes pactuadas entre a União e demais entes da Federação, até o atingimento das metas de educação em tempo integral estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 135, de 2024)

§ 1º O cálculo do VAAT, referido no inciso VI do caput deste artigo, deverá considerar, além dos recursos previstos no inciso II do caput deste artigo, pelo menos, as seguintes disponibilidades: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

I - receitas de Estados, do Distrito Federal e de Municípios vinculadas à manutenção e ao desenvolvimento do ensino não integrantes dos fundos referidos no inciso I do caput deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

II - cotas estaduais e municipais da arrecadação do salário-educação de que trata o § 6º do art. 212 desta Constituição; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

III - complementação da União transferida a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios nos termos da alínea “a” do inciso V do caput deste artigo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 2º Além das ponderações previstas na alínea “a” do inciso X do caput deste artigo, a lei definirá outras relativas ao nível socioeconômico dos educandos e aos indicadores de disponibilidade de recursos vinculados à educação e de potencial de arrecadação tributária de cada ente federado, bem como seus prazos de implementação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 3º Será destinada à educação infantil a proporção de 50% (cinquenta por cento) dos recursos globais a que se refere a alínea “b” do inciso V do caput deste artigo, nos termos da lei.” (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

§ 1º - Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

§ 2º As atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

## LEI Nº 9394/96 – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LDBN

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

*Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

### TÍTULO I DA EDUCAÇÃO

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

### TÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)

IX - garantia de padrão de qualidade; (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)

## Professor II- Arte

### EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ENSINO DE ARTE

#### EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ENSINO DE ARTE;

O componente curricular Arte, na educação básica, envolve diferentes formas de expressão, como as Artes Visuais, a Música, o Teatro e a Dança. Diante dos desafios relacionados ao ensino dessa disciplina, especialmente após a criação da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, esta análise teve como objetivo investigar como a produção acadêmica tem tratado a relação entre o ensino de Arte e a construção de uma educação antirracista.

Para isso, foi feito um levantamento no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), abrangendo o período de 2013 a 2023. A pesquisa usou os descritores “Ensino de Arte e Educação Étnico-Racial” e resultou na seleção de dez dissertações, que foram analisadas com base na metodologia de análise de conteúdo, conforme os critérios de Bardin (2016). Os resultados mostram que o ensino de Arte tem contribuído de forma importante para o debate sobre as relações étnico-raciais e para a criação de práticas pedagógicas voltadas à valorização da diversidade cultural. No entanto, ainda existem dificuldades, como a resistência em romper com uma visão eurocêntrica, presente há muito tempo nos currículos escolares. Essa visão costuma valorizar mais as produções artísticas europeias, deixando de lado outras expressões culturais, especialmente as de origem afro-brasileira e indígena.

Outro problema identificado é a falta de preparo dos professores de Arte, tanto na formação inicial quanto na formação continuada, para trabalhar com os conteúdos exigidos pela legislação. Essa deficiência prejudica a construção de práticas realmente comprometidas com a diversidade, com o combate ao racismo e com a valorização das culturas historicamente excluídas.

Fundamentos Legais e Políticos da Educação das Relações Étnico-Raciais

A promulgação da Lei nº 10.639, em 2003, representou um marco significativo no enfrentamento das desigualdades raciais no campo educacional brasileiro, ao introduzir no ordenamento jurídico a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira em todos os níveis da educação básica. Embora as ações afirmativas e os debates sobre relações étnico-raciais já estivessem presentes na agenda política desde a década de 1990, e os movimentos sociais atuassem há décadas pela refor-

mulação do sistema educacional, foi apenas com essa alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que se estabeleceu um compromisso normativo claro com a valorização das matrizes culturais africanas e afrodescendentes.

O caráter político-pedagógico da norma visa garantir o reconhecimento da população negra como sujeito histórico e cultural, promovendo o resgate de sua memória coletiva e a valorização de sua identidade no ambiente escolar. A proposta contida na legislação extrapola o simples acréscimo de conteúdos programáticos, configurando-se como uma ação estruturante no sentido da superação do racismo institucional e da promoção da igualdade racial.

A determinação legal abrange o ensino fundamental e médio, e orienta que os conteúdos relativos à história e cultura afro-brasileira sejam transversalizados no currículo, com ênfase nas disciplinas de História, Literatura e Arte. No que se refere ao ensino de Arte, destaca-se o papel fundamental da disciplina na promoção da diversidade cultural, por meio do contato com múltiplas linguagens expressivas como teatro, dança, música, pintura, escultura, arte digital, cinema, entre outras que refletem diferentes contextos sociais, estéticos e históricos. Entretanto, observa-se que a presença da produção artística de autoria negra e afrodescendente ainda é insuficientemente representada nos espaços escolares. O protagonismo de artistas negros e suas contribuições para o patrimônio cultural brasileiro permanece, em muitos casos, invisibilizado nas práticas pedagógicas e nos materiais didáticos, revelando a persistência de uma abordagem eurocêntrica na seleção de conteúdos. Nesse sentido, torna-se imperativo repensar o ensino da Arte, de modo a assegurar a representatividade e o reconhecimento das expressões artísticas oriundas da população negra

#### ● Diretrizes Curriculares Nacionais e o combate ao racismo

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) representam instrumentos normativos fundamentais na consolidação de uma educação voltada à equidade e ao respeito à diversidade étnico-racial no Brasil. No contexto da educação básica, elas cumprem papel estratégico no enfrentamento do racismo estrutural, ao preverem a inclusão obrigatória dos conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira, africana e indígena nos currículos escolares, conforme previsto na Lei nº 10.639/2003 e na Lei nº 11.645/2008.

As DCNs são documentos de caráter orientador que definem os princípios, fundamentos e objetivos a serem seguidos pelas instituições de ensino em todo o território nacional. Sua finalidade é assegurar a qualidade do processo educativo e promover

a formação integral do estudante, considerando os direitos de aprendizagem, a equidade no acesso ao conhecimento e a diversidade sociocultural brasileira. Ao contemplarem diferentes áreas do conhecimento e níveis de ensino, as diretrizes constituem-se como base para a construção de práticas pedagógicas que valorizem a cidadania, a inclusão e os direitos humanos. No que tange ao combate ao racismo e à promoção de uma educação antidiscriminatória, as DCNs estabelecem diretrizes específicas que visam romper com os paradigmas eurocêntricos que historicamente dominaram os currículos escolares. Entre os principais eixos de atuação, destaca-se a incorporação da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena como componentes essenciais da formação dos estudantes, permitindo o reconhecimento da contribuição desses povos na construção da identidade nacional e contribuindo para a desconstrução de estereótipos e preconceitos arraigados.

Além da inclusão curricular, as DCNs orientam a implementação de uma educação voltada para as relações étnico-raciais, cujo objetivo é valorizar as identidades, as narrativas e as expressões culturais de todos os grupos étnico-raciais. Essa abordagem promove o respeito às diferenças, estimula o diálogo intercultural e contribui para a formação de sujeitos críticos e socialmente comprometidos com a justiça social.

Outro aspecto fundamental previsto pelas diretrizes é a formação de professores. As DCNs indicam que tanto a formação inicial quanto a continuada dos docentes deve contemplar a preparação para o enfrentamento do racismo e a mediação de conteúdos relacionados à diversidade cultural. Essa formação específica é essencial para que os profissionais da educação estejam capacitados a desenvolver práticas pedagógicas coerentes com os princípios da igualdade racial e da inclusão.

A efetivação das DCNs ocorre por meio da articulação entre diferentes instâncias. O Ministério da Educação (MEC) é responsável pela elaboração e divulgação das diretrizes, bem como pela produção de materiais de apoio e ações formativas voltadas aos educadores. Os sistemas de ensino estaduais e municipais, por sua vez, devem adaptar essas orientações às suas realidades locais, promovendo políticas públicas educacionais que garantam sua implementação. No âmbito das unidades escolares, cabe às instituições incorporar os princípios das DCNs em seus projetos político-pedagógicos, desenvolvendo ações concretas que contemplem a diversidade étnico-racial em suas práticas cotidianas.

Apesar dos avanços normativos, a implementação das DCNs ainda enfrenta desafios significativos. Dentre eles, destaca-se a resistência de parte do corpo docente e das gestões escolares à abordagem das temáticas étnico-raciais, muitas vezes associada à falta de conhecimento ou formação adequada. Além disso, a escassez de materiais didáticos apropriados e contextualizados compromete a efetividade das ações pedagógicas, limitando o alcance das propostas inclusivas. Soma-se a esses fatores a persistência das desigualdades sociais, que afetam diretamente o acesso a uma educação de qualidade e à estrutura necessária para a concretização das políticas educacionais antirracistas.

Em síntese, as Diretrizes Curriculares Nacionais constituem um mecanismo essencial para a construção de uma educação comprometida com os direitos humanos, a justiça social e a superação do racismo. Contudo, sua plena efetividade depende do engajamento de todos os setores envolvidos no processo educativo, desde as instâncias governamentais até as comunidades escolares. É por meio desse esforço coletivo que se torna possível

consolidar práticas pedagógicas que não apenas reconheçam a diversidade cultural brasileira, mas que também atuem ativamente na promoção da igualdade racial no ambiente escolar.

### **A Representação Étnico-Racial nas Práticas Artísticas e Pedagógicas**

A disciplina de Arte, na contemporaneidade, é reconhecida como um campo expressivo plural, que se manifesta por meio de distintas linguagens como literatura, teatro, dança, música, cinema e fotografia, possibilitando a comunicação de múltiplas experiências, emoções e representações culturais. Nesse sentido, o ensino de Arte possui grande potencial para favorecer práticas pedagógicas voltadas à interculturalidade, ao reconhecimento da diversidade e à valorização de tradições artísticas não hegemônicas, historicamente excluídas dos currículos escolares.

Contudo, apesar desse potencial emancipatório, o ensino de Arte no Brasil permanece, em grande medida, ancorado em uma matriz eurocêntrica de conhecimento. Herdeiro de uma narrativa ocidental hegemônica, o currículo da disciplina reflete um processo histórico de seleção e consagração de determinadas expressões artísticas, em detrimento de outras. Esse processo resultou na legitimação de um padrão estético-cultural considerado “universal”, frequentemente dissociado das realidades culturais afro-brasileiras, indígenas e populares. Como consequência, há a reprodução, no contexto escolar, de conteúdos que invisibilizam as manifestações artísticas de matriz não europeia e reforçam estereótipos acerca de outras culturas.

No intuito de investigar como essas dinâmicas se manifestam nas práticas pedagógicas atuais, uma pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia realizou um estudo junto a docentes da disciplina de Arte da rede pública de Vitória da Conquista – BA. O objetivo foi identificar e analisar as concepções desses profissionais a respeito da educação antirracista e intercultural, verificando de que maneira suas práticas contribuem ou não para a efetivação dos preceitos estabelecidos pela Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira no currículo da educação básica.

Trata-se de uma investigação qualitativa, com caráter descritivo, que utilizou a entrevista semiestruturada como técnica de coleta de dados. A análise do material foi conduzida com base nos pressupostos da análise de conteúdo, segundo Bardin (2016) e Franco (2021). Neste recorte específico, destaca-se o resultado de um levantamento realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), referente ao período de 2013 a 2023, com foco na produção acadêmica que aborda a interface entre o ensino de Arte e a educação antirracista.

Os dados analisados indicam que, embora haja avanços em determinadas abordagens pedagógicas, o currículo escolar de Arte ainda reproduz silenciamentos e hierarquizações culturais. A ausência de representatividade de artistas negros, indígenas e de outras matrizes culturais, bem como a falta de abordagem crítica em relação aos estereótipos, são aspectos recorrentes que dificultam a construção de uma prática artística realmente inclusiva e transformadora no espaço escolar.

• **Valorização das culturas afro-brasileiras e indígenas na produção artística**

A valorização das culturas afro-brasileira e indígena no campo das artes constitui um processo contínuo de reconhecimento, incorporação e celebração da diversidade étnico-cultural que compõe a identidade nacional brasileira. Esse processo se expressa por meio da crescente presença de elementos simbólicos, estéticos e temáticos oriundos dessas culturas nas linguagens artísticas contemporâneas, refletindo não apenas o resgate de tradições historicamente marginalizadas, mas também o fortalecimento de narrativas identitárias e a luta por igualdade e justiça social.

No campo das artes visuais, é notável a influência das técnicas e expressões desenvolvidas por povos indígenas, como a tecelagem, a cerâmica, a pintura corporal e o entalhe em madeira. Essas práticas, carregadas de significado simbólico, vêm sendo reconhecidas como parte do patrimônio artístico brasileiro, sendo incorporadas por artistas contemporâneos como referência estética e política. Da mesma forma, padrões gráficos, símbolos religiosos e elementos visuais associados às matrizes africanas e afro-brasileiras têm sido amplamente utilizados em obras de arte, no design gráfico e na moda, conferindo visibilidade e legitimidade às manifestações culturais dessas comunidades.

Artistas negros e indígenas desempenham papel central nesse cenário, promovendo, por meio de suas produções, reflexões críticas sobre identidade, resistência, ancestralidade e enfrentamento ao racismo. Diversos coletivos e movimentos artísticos surgem com o objetivo de reafirmar essas identidades e reivindicar espaços de representação no circuito artístico, utilizando a arte como ferramenta de contestação social e como forma de valorização das contribuições históricas desses grupos na formação cultural do país.

Na música e na dança, a influência das culturas afro-brasileira e indígena também é amplamente reconhecida. Ritmos como o samba, o jongo, o carimbó, o maracatu, o maculelê e o maxixe, entre outros, trazem em suas estruturas melódicas e coreográficas elementos que remontam às tradições africanas e afrodescendentes, sendo parte essencial do patrimônio imaterial brasileiro. Paralelamente, cantos tradicionais, instrumentos musicais e expressões sonoras de origem indígena têm inspirado artistas contemporâneos na criação de obras que dialogam com a ancestralidade e com a valorização dos povos originários. A dança, por sua vez, manifesta-se como linguagem corporal que expressa resistência, religiosidade, memória e identidade como exemplificam o samba de roda, a capoeira e outras manifestações integradas ao universo artístico e educacional.

Do ponto de vista social e cultural, a valorização das culturas afro-brasileira e indígena nas artes cumpre importante função na promoção do respeito à diversidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais plural e democrática. A arte torna-se, assim, um meio eficaz de combate ao racismo, ao dar centralidade às vozes historicamente silenciadas e ao promover uma reinterpretação crítica da história nacional. Além disso, essa valorização colabora para o fortalecimento da identidade nacional, ao reconhecer a relevância das matrizes culturais africanas e indígenas como componentes essenciais do processo de formação do Brasil.

**Metodologias para uma Prática Antirracista no Ensino de Arte**

A prática antirracista no ensino de Arte fundamenta-se na superação de perspectivas excludentes e na incorporação de abordagens que promovam a equidade racial, reconhecendo a diversidade étnico-cultural da sociedade brasileira. Para isso, torna-se necessário adotar estratégias metodológicas que valorizem distintas tradições estéticas e culturais, especialmente as de origem afro-brasileira e indígena, frequentemente marginalizadas no contexto educacional.

A abordagem intercultural configura-se como um recurso pedagógico relevante nesse processo, pois propõe a valorização do diálogo entre culturas em situação de igualdade. No ensino de Arte, essa perspectiva permite ao estudante o contato com diversas expressões visuais, sonoras e corporais, favorecendo a construção de uma compreensão ampliada sobre a produção artística nacional. Dentre as estratégias didáticas que favorecem práticas antirracistas, destacam-se: o uso de materiais que representem a diversidade étnico-racial na arte; a análise crítica de obras de artistas negros e indígenas; o estudo de manifestações culturais populares; e a realização de atividades interdisciplinares que conectem arte, história e cultura.

A pedagogia de projetos, ao possibilitar a investigação autônoma e a articulação de saberes, é um instrumento eficaz para o desenvolvimento de temas relacionados à identidade, pertencimento e ancestralidade. Por meio da pesquisa e da produção artística, o estudante pode compreender o papel da arte como instrumento de resistência e expressão social de grupos historicamente excluídos. Além disso, é fundamental que o professor promova a mediação de conteúdos com base em contextos históricos e sociais, destacando as contribuições culturais de diferentes povos para a formação da identidade brasileira. A escolha de repertórios artísticos deve priorizar a pluralidade estética, promovendo o reconhecimento das narrativas não hegemônicas.

A prática antirracista requer, ainda, o investimento na formação docente continuada, que possibilite o aprofundamento teórico e metodológico necessário à implementação de propostas pedagógicas coerentes com a promoção da igualdade racial. A atualização de práticas pedagógicas, a reflexão crítica sobre os conteúdos ministrados e a escuta qualificada das demandas da comunidade escolar constituem elementos centrais nesse processo.

• **Seleção crítica de conteúdos, artistas e obras**

A seleção crítica de conteúdos, artistas e obras no ensino de Arte constitui uma etapa essencial no planejamento pedagógico voltado à promoção de uma educação comprometida com os princípios da equidade, da diversidade e da justiça social. No contexto da educação das relações étnico-raciais, essa prática adquire ainda maior relevância, pois contribui para a superação de visões eurocentradas e a valorização de produções artísticas historicamente invisibilizadas, como as de origem africana, afro-brasileira e indígena. Trata-se, portanto, de um processo que deve articular critérios estéticos, técnicos e conceituais com a intencionalidade pedagógica de fomentar o reconhecimento e o respeito à pluralidade cultural.

A escolha dos conteúdos e das obras artísticas deve ser orientada por uma análise rigorosa que leve em conta, inicialmente, a qualidade técnica e estética das produções, o que envolve a avaliação do domínio formal do artista, a composição visual, o uso expressivo dos materiais e a originalidade da linguagem empregada. No entanto, esse não é o único parâmetro de análise. O significado e o conceito transmitidos pelas obras também devem ser considerados, especialmente quanto à sua capacidade de provocar reflexão crítica e de estabelecer vínculos com a realidade histórica e sociocultural dos estudantes.

Além disso, a originalidade e a inovação das obras são aspectos importantes na medida em que demonstram a capacidade do artista de romper com convenções estabelecidas e propor novas abordagens visuais ou simbólicas. A compreensão do contexto histórico e social em que a obra foi criada é igualmente indispensável, pois permite situar a produção no tempo, entender suas influências e interpretar sua recepção e seu impacto. Por fim, a relevância da obra para o campo da arte e sua contribuição para a construção de repertórios simbólicos mais amplos devem ser analisadas, especialmente quando se objetiva uma prática pedagógica que questione estereótipos e promova a representatividade.

No âmbito da educação das relações étnico-raciais, a seleção de artistas e obras deve priorizar produções que reflitam as experiências, as memórias e os saberes das populações negras e indígenas, reconhecendo suas contribuições para a cultura brasileira. Artistas como Rosana Paulino, Emanuel Araújo, Jaime Lauriano, Ayrson Heráclito, Denilson Baniwa, Jaider Esbell e Arisana Pataxó, entre outros, oferecem repertórios que abordam criticamente temas como ancestralidade, identidade, território e resistência. Suas obras, inseridas no contexto do ensino de Arte, possibilitam o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre os processos de exclusão e apagamento simbólico presentes na história da arte ocidental.

Ao incorporar essas produções ao cotidiano escolar, o ensino de Arte amplia os horizontes de percepção e compreensão dos estudantes, permitindo que eles se reconheçam nos conteúdos trabalhados e que valorizem as múltiplas expressões da cultura nacional. Essa abordagem também contribui para a desconstrução de hierarquias estéticas e para a construção de um olhar mais sensível, inclusivo e democrático sobre a produção artística.

Nesse processo, a crítica de arte assume um papel pedagógico fundamental. Entendida como um exercício de interpretação, contextualização e avaliação das obras, ela possibilita ao educando desenvolver habilidades de leitura estética, argumentação e posicionamento ético. A crítica de arte orientada por uma perspectiva antirracista deve favorecer a reflexão sobre os sentidos atribuídos à produção cultural, as relações de poder que atravessam o campo artístico e os mecanismos de exclusão simbólica que operam na legitimação do que se considera arte.

Assim, a seleção crítica de conteúdos, artistas e obras no ensino de Arte deve ir além de critérios formais e técnicos, incorporando uma perspectiva educativa comprometida com a valorização da diversidade cultural e com a promoção de práticas antirracistas. Esse compromisso implica rever os referenciais tradicionalmente adotados, questionar os cânones estabelecidos e construir um currículo que reflita a multiplicidade de vozes, narrativas e experiências que compõem a realidade brasileira.

### ● Projetos interdisciplinares e protagonismo estudantil

A implementação de projetos interdisciplinares voltados à Educação das Relações Étnico-Raciais no ensino de Arte constitui uma estratégia pedagógica eficaz para promover o protagonismo estudantil e consolidar práticas educativas voltadas à valorização da diversidade cultural. Ao integrar diferentes áreas do conhecimento, tais projetos ampliam as possibilidades de análise crítica e permitem que os estudantes compreendam, por meio de linguagens artísticas, as múltiplas dimensões da realidade étnico-racial brasileira.

A interdisciplinaridade fortalece o currículo escolar ao estabelecer conexões entre disciplinas como História, Geografia, Língua Portuguesa e Ciências Sociais, promovendo uma abordagem abrangente e contextualizada das relações étnico-raciais. Essa articulação permite que a Arte seja compreendida não apenas como expressão estética, mas também como instrumento de leitura e transformação social. Nesse contexto, o protagonismo estudantil é incentivado ao se permitir que os alunos participem ativamente da elaboração dos projetos, desde a escolha temática até a produção artística final. Esse envolvimento estimula a autonomia, a responsabilidade e a colaboração, ao mesmo tempo em que promove a expressão identitária e criativa dos sujeitos.

A valorização da diversidade cultural torna-se um eixo estruturante dessa proposta. As manifestações artísticas de matrizes africanas, afro-brasileiras e indígenas ocupam papel central nas atividades desenvolvidas, promovendo o reconhecimento das contribuições desses povos para a formação social e cultural do Brasil. A abordagem pedagógica orientada para a equidade busca desconstruir estereótipos e preconceitos, muitas vezes reproduzidos no ambiente escolar, além de fomentar o respeito à pluralidade étnico-racial. A Arte, neste contexto, se apresenta como uma ferramenta potente no enfrentamento ao racismo, na medida em que permite o resgate histórico e a valorização das culturas marginalizadas. Por meio da produção artística, os estudantes são estimulados a refletir criticamente sobre a desigualdade racial, a discriminação e os silenciamentos históricos impostos a determinados grupos sociais. Essa prática também favorece o empoderamento de alunos pertencentes a grupos étnico-raciais historicamente excluídos, ao possibilitar que suas identidades sejam afirmadas no espaço escolar e que suas narrativas ocupem lugar de destaque no processo educativo.

A execução de projetos interdisciplinares pode assumir diversas formas, como a realização de oficinas de arte com foco em expressões culturais afro-brasileiras e indígenas (música, dança, teatro, pintura, escultura, entre outras); a produção de materiais didáticos alternativos (vídeos, podcasts, livros, jogos e cartilhas); exposições e apresentações abertas à comunidade escolar; e a articulação com lideranças comunitárias, artistas e organizações sociais, promovendo o diálogo entre escola e sociedade.

Além de contribuírem para a construção de uma educação antirracista, essas iniciativas fortalecem a formação cidadã dos alunos ao desenvolverem competências como empatia, senso crítico, respeito às diferenças e compromisso com os direitos humanos. Ao garantir espaços de escuta e visibilidade para as múltiplas identidades presentes na comunidade escolar, os projetos interdisciplinares tornam-se instrumentos fundamentais para a construção de uma escola inclusiva, democrática e socialmente justa.

# BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

**ARAÚJO, F. DE A. ET AL. EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E O ENSINO DE ARTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA. 2023**

## CONTEXTUALIZAÇÃO DA OBRA

A obra *Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de Arte na Educação Básica* (2023), organizada por Francisco de Assis Araújo e outros autores, integra um movimento educacional e acadêmico voltado para o fortalecimento das políticas públicas que tratam da diversidade étnico-racial no ambiente escolar. O livro se insere no contexto da implementação da Lei nº 10.639/2003, que alterou a LDB para tornar obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos da educação básica.

Com base nessa legislação e em diretrizes nacionais de educação, a publicação parte da constatação de que o ambiente escolar brasileiro ainda enfrenta desafios profundos para tratar de forma efetiva e respeitosa as questões raciais, especialmente quando se trata da valorização das identidades negras e indígenas. Nesse cenário, o ensino de arte é apresentado como um campo potente para o desenvolvimento de práticas pedagógicas antirracistas, capazes de promover uma educação mais plural, crítica e sensível à diversidade cultural brasileira.

A coletânea reúne pesquisadores e educadores com experiência nas áreas de artes visuais, teatro, dança, música e educação antirracista, compondo uma abordagem multidisciplinar que conecta arte, política, história e pedagogia. Os autores atuam em universidades públicas, institutos federais e escolas de educação básica, trazendo contribuições que refletem tanto investigações acadêmicas quanto vivências docentes.

O pano de fundo da obra é a necessidade urgente de revisão dos currículos escolares e das práticas pedagógicas para que se tornem instrumentos efetivos de combate ao racismo estrutural e de promoção de uma cultura de valorização das identidades étnico-raciais. O livro dialoga com documentos oficiais como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNERER) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), evidenciando a importância da transversalidade do tema racial nas diversas disciplinas, especialmente na arte.

Outro elemento importante na contextualização da obra é o reconhecimento do papel central dos professores na mediação desses saberes e na construção de práticas educativas mais inclusivas. Os autores defendem que a formação inicial e continuada dos docentes deve contemplar uma abordagem crítica das relações étnico-raciais, de modo que o professor esteja preparado não apenas para transmitir conteúdos, mas para transformar realidades por meio de um ensino comprometido com a justiça social e a igualdade racial.

A publicação surge, portanto, como um instrumento formativo e de reflexão, tanto para professores quanto para gestores educacionais, artistas educadores, estudantes e pesquisadores da área de educação. Em um momento de intensificação dos debates sobre equidade, representatividade e descolonização dos saberes, o livro se consolida como uma referência importante para quem deseja pensar a educação a partir de uma perspectiva antirracista e plural.

## OBJETIVOS E FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A obra *Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de Arte na Educação Básica* tem como principal objetivo contribuir para a construção de uma prática pedagógica que promova a equidade racial no ambiente escolar, tendo a arte como um eixo estruturante. Nesse sentido, os autores propõem reflexões e práticas voltadas à desconstrução de estereótipos e ao reconhecimento da diversidade cultural afro-brasileira, africana e indígena nos currículos escolares, em consonância com o que estabelecem a Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008.

Mais do que apenas indicar conteúdos ou propor atividades, o livro busca oferecer um embasamento crítico e ético para o trabalho com a temática das relações étnico-raciais na educação básica, partindo do pressuposto de que o ensino de arte pode — e deve — ser uma ferramenta potente para o enfrentamento do racismo e para a valorização das identidades historicamente marginalizadas.

Entre os objetivos centrais da obra, destacam-se:

- Fortalecer as políticas de educação das relações étnico-raciais no ensino básico por meio da arte.
- Propor caminhos para a formação inicial e continuada de professores em práticas antirracistas e decoloniais.
- Discutir o papel do ensino de arte como meio de construção da cidadania e da diversidade cultural.
- Apresentar experiências pedagógicas que evidenciem o protagonismo de artistas, pensadores e tradições de matriz africana e indígena.
- Promover uma reflexão crítica sobre o currículo e as metodologias de ensino aplicadas em sala de aula.

O fundamento teórico da obra está profundamente enraizado em autores e correntes do pensamento crítico, com destaque para os estudos pós-coloniais, a pedagogia decolonial e a pedagogia crítica de Paulo Freire. A noção de currículo como construção social e política, por exemplo, aparece como um eixo estruturante nas análises feitas ao longo dos capítulos, partindo da ideia de que ensinar não é apenas transmitir conteúdos, mas formar consciências e identidades.

Nesse sentido, a arte é compreendida não apenas como uma linguagem estética, mas como uma prática cultural e histórica carregada de sentidos, que pode (e deve) ser utilizada para

questionar estruturas de poder, revelar invisibilidades e afirmar subjetividades. Os autores reforçam que o ensino de arte na educação básica precisa superar o olhar eurocentrado, abrindo espaço para múltiplas narrativas e formas de expressão artística, especialmente aquelas que têm origem nas culturas afro-brasileiras, africanas e indígenas.

A interseção entre arte e relações étnico-raciais também é analisada sob a perspectiva das diretrizes curriculares e das políticas públicas de educação, considerando os desafios práticos e teóricos enfrentados pelos docentes na implementação de uma educação antirracista. O livro propõe uma pedagogia da presença, que rompe com a lógica da invisibilidade e da folclorização de culturas não europeias, valorizando, em vez disso, suas contribuições efetivas à formação da identidade brasileira.

Além disso, os autores buscam ampliar a concepção de arte na escola, questionando os cânones e referências tradicionais que dominam o ensino da disciplina e propondo uma valorização de manifestações artísticas periféricas, populares e de matriz africana e indígena. Com isso, o livro assume uma postura crítica frente ao currículo tradicional e propõe práticas que dialogam com as realidades dos estudantes e suas comunidades.

Em resumo, a obra se ancora em uma base teórica sólida que articula pedagogia crítica, estudos culturais, teoria decolonial e políticas públicas de educação, sempre com foco na transformação da escola em um espaço de respeito, equidade e valorização da diversidade.

#### **ABORDAGEM SOBRE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**

A obra *Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de Arte na Educação Básica* adota uma abordagem crítica e propositiva sobre as relações étnico-raciais na escola, entendendo que a educação formal tem um papel fundamental na desconstrução do racismo e na valorização da diversidade cultural.

Os autores partem da constatação de que o racismo é um fenômeno estrutural no Brasil e que a escola, como instituição social, não está isenta desse contexto. Assim, é necessário ir além de ações pontuais ou comemorativas e integrar o debate racial de forma sistemática e transversal no currículo.

A abordagem é construída com base em três eixos principais:

##### **► Reconhecimento da diversidade étnico-racial como base da identidade brasileira**

O livro enfatiza que a história do Brasil é marcada pela contribuição de diferentes povos e culturas, especialmente as de matriz africana e indígena, que historicamente foram invisibilizadas ou tratadas de forma estereotipada na educação. A valorização dessas identidades é fundamental para promover um ensino mais justo e representativo. O reconhecimento da diversidade é apresentado como um direito e como um passo essencial para a construção de uma sociedade mais equitativa.

##### **► Combate ao racismo estrutural e institucional na escola**

Os autores apontam que o racismo não se manifesta apenas por atitudes individuais, mas está presente nas estruturas da sociedade, inclusive no ambiente escolar. Isso se reflete, por exemplo, na ausência de conteúdos relacionados às culturas negras e indígenas, na predominância de referências eurocentradas nos materiais didáticos e na dificuldade que muitos professores têm de abordar essas temáticas com segurança e profundidade.

A obra propõe que a escola atue de forma ativa no enfrentamento ao racismo, incorporando práticas pedagógicas antirracistas que valorizem o conhecimento e a estética dos povos afrodescendentes e indígenas. Isso implica uma revisão crítica do currículo, da formação docente e das metodologias utilizadas em sala de aula.

##### **► Educação para as relações étnico-raciais como política pública e direito educacional**

A publicação destaca que a educação das relações étnico-raciais não é apenas uma proposta pedagógica, mas uma política pública prevista em leis, diretrizes e documentos oficiais. A Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008 são apresentadas como marcos legais que exigem a inclusão da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena no currículo. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNERER) também são amplamente utilizadas como referência teórica e prática.

A obra reconhece, no entanto, que a implementação dessas políticas ainda enfrenta muitos obstáculos, como a falta de formação adequada para os professores, a resistência de alguns setores da sociedade e a escassez de materiais didáticos que contemplem a diversidade racial de forma consistente.

##### **► Dimensões práticas da abordagem**

O livro não se limita à teoria. Ele traz relatos de experiências pedagógicas e propostas concretas para o trabalho com relações étnico-raciais por meio da arte. Isso inclui o uso de obras de artistas negros e indígenas, a valorização das manifestações culturais tradicionais, como o maracatu, o jongo, a capoeira e as danças indígenas, e a criação de projetos interdisciplinares que envolvam diferentes linguagens artísticas e áreas do conhecimento.

A abordagem também reconhece a importância do protagonismo dos estudantes, valorizando suas vivências, identidades e saberes como parte essencial do processo educativo. Isso ajuda a romper com a lógica de uma escola que apenas reproduz conteúdos e promove, em vez disso, uma educação dialógica e emancipadora.

##### **► Contribuições teóricas e metodológicas**

Autores como Nilma Lino Gomes, Kabengele Munanga, Sueli Carneiro, Abdias Nascimento, bell hooks e Paulo Freire são frequentemente citados ao longo dos capítulos, reforçando a perspectiva crítica e emancipatória adotada pelos autores. A ideia central é que o ensino deve promover a equidade, o respeito às diferenças e a superação de preconceitos históricos.

A abordagem sobre as relações étnico-raciais, portanto, vai além da inserção de novos conteúdos: trata-se de uma mudança de paradigma, que exige compromisso ético, político e pedagógico com a construção de uma escola antirracista, democrática e plural.

#### **O PAPEL DO ENSINO DE ARTE NA PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE**

No livro *Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de Arte na Educação Básica*, o ensino de arte é apresentado como um instrumento privilegiado para promover a diversidade cultural, combater o racismo e valorizar identidades historicamente marginalizadas. A arte, nesse contexto, deixa de ser vista apenas como uma disciplina estética ou técnica e passa a ocupar

um espaço estratégico na construção de práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social, a equidade e o respeito às diferenças.

A obra evidencia que a arte possui uma linguagem própria, sensível e simbólica, capaz de dialogar com as experiências dos estudantes e de provocar reflexões profundas sobre identidade, pertencimento e representatividade. Ao trabalhar com diferentes expressões artísticas — como música, dança, teatro, artes visuais e cultura popular — o professor pode criar espaços de escuta, acolhimento e visibilidade para narrativas que costumam ser silenciadas na escola tradicional.

► **A arte como linguagem plural e inclusiva**

O livro destaca que a arte tem potencial para atuar como linguagem inclusiva por permitir múltiplas formas de expressão e representação. Por meio dela, os alunos podem se reconhecer nos conteúdos e personagens abordados, além de criar e reinterpretar símbolos e histórias. A valorização da diversidade étnico-racial, nesse sentido, passa pela ampliação do repertório artístico trabalhado em sala de aula.

Em vez de manter o foco apenas em artistas e estilos eurocentrados — como o impressionismo europeu ou o balé clássico —, os autores defendem a inclusão de manifestações artísticas afro-brasileiras, africanas e indígenas, como:

- Arte plumária indígena
- Pintura corporal e grafismos tradicionais
- Maracatu, jongo e samba de roda
- Arte contemporânea de artistas negros e indígenas
- Candomblé e suas expressões visuais e musicais

Esse deslocamento de referência contribui para que estudantes negros, indígenas e de comunidades tradicionais se vejam representados de forma positiva, o que fortalece sua autoestima, identidade e senso de pertencimento escolar.

► **O ensino de arte como prática antirracista**

A arte, quando articulada com uma proposta pedagógica crítica, tem o potencial de desnaturalizar estereótipos e desconstruir visões preconceituosas que ainda persistem no ambiente escolar. Os autores da obra defendem uma arte que problematiza e questiona, que traz à tona temas sensíveis como desigualdade racial, apagamento histórico e resistência cultural.

Ao incluir artistas como Abdias Nascimento, Rubem Valentim, Rosana Paulino, Emanuel Araújo e Jaider Esbell nos planejamentos pedagógicos, por exemplo, o professor promove uma revisão do cânone artístico e propõe aos estudantes uma nova leitura da história da arte no Brasil. Esse movimento amplia as possibilidades de ensino e posiciona a arte como ferramenta de crítica social e transformação.

Além disso, o livro incentiva que o ensino de arte envolva a comunidade e dialogue com saberes populares, práticas ancestrais e expressões culturais locais. Essa perspectiva rompe com a lógica da arte como “produto de elite” e a aproxima das realidades e vivências dos estudantes, tornando o processo de aprendizagem mais significativo e afetivo.

► **Experiências e práticas pedagógicas destacadas**

Ao longo dos capítulos, são apresentados exemplos concretos de práticas educativas que utilizam a arte como estratégia para trabalhar as relações étnico-raciais. Alguns deles incluem:

- Oficinas de máscaras africanas como forma de abordar estética e espiritualidade de matriz africana
- Criação de murais escolares com referências a artistas negros e indígenas
- Interpretação de músicas populares afro-brasileiras com análise crítica de letras e contextos históricos
- Peças teatrais baseadas em mitologias africanas e indígenas
- Projetos interdisciplinares com temas como ancestralidade, oralidade e resistência

Essas práticas mostram como o ensino de arte pode atuar de forma transversal, dialogando com outras disciplinas como História, Língua Portuguesa, Geografia e Sociologia. Essa interdisciplinaridade amplia o alcance da educação antirracista e reforça a ideia de que a diversidade não é um conteúdo isolado, mas um princípio pedagógico.

► **Formação docente e desafios**

Os autores também discutem os desafios enfrentados por professores de arte na efetivação dessas propostas. Muitos docentes ainda não receberam formação suficiente para lidar com questões étnico-raciais de maneira segura e crítica, o que pode gerar insegurança, omissão ou tratamento superficial do tema.

Por isso, a obra reforça a importância da formação continuada e da construção coletiva de saberes entre educadores. A troca de experiências, o acesso a materiais didáticos diversos e a articulação com políticas públicas são apontados como caminhos para fortalecer uma prática pedagógica comprometida com a diversidade e com a equidade racial.

O ensino de arte, segundo os autores, é muito mais do que uma ferramenta pedagógica: é um território de disputa de sentidos, de afirmação de identidades e de construção de um currículo mais justo. Ao reconhecer e valorizar a pluralidade cultural presente nas escolas brasileiras, a arte se torna essencial na promoção da diversidade e no enfrentamento do racismo, contribuindo diretamente para a formação de sujeitos críticos, sensíveis e conscientes de seu papel na sociedade.

**BARBOSA, ANA MAE. A IMAGEM NO ENSINO DA ARTE. SÃO PAULO: PERSPECTIVA, 2012**

**O PAPEL DA IMAGEM NO PROCESSO EDUCATIVO SEGUNDO ANA MAE BARBOSA**

Ao abordar o ensino da arte no Brasil, Ana Mae Barbosa apresenta uma defesa consistente da importância da imagem como elemento central no processo educativo. Em sua obra *A Imagem no Ensino da Arte*, a autora rompe com uma concepção tradicional que restringe o ensino da arte à prática técnica ou à reprodução de estilos consagrados, propondo uma abordagem mais ampla, crítica e sensível do fazer artístico, com base no entendimento da imagem como linguagem e ferramenta de pensamento.

► **A imagem como linguagem e forma de conhecimento**

Para Ana Mae Barbosa, a imagem não é apenas um objeto estético, mas uma forma de linguagem com capacidade de comunicar ideias, sentimentos e valores. Ela sustenta que a leitura de imagens desenvolve habilidades interpretativas que são fundamentais para a formação crítica dos alunos. Assim como se aprende a ler palavras, é necessário aprender a “ler” imagens, compreendendo seus significados simbólicos, culturais e históricos.

A autora também defende que vivemos em uma cultura visual na qual a imagem tem um peso expressivo nas relações sociais e na formação das subjetividades. Por isso, não considerar a imagem como elemento essencial no processo educativo significa ignorar um aspecto central da vida contemporânea. A escola, nesse sentido, deve incorporar práticas que valorizem e estimulem o olhar, o pensamento visual e a compreensão crítica do mundo imagético.

► **A imagem como ponto de partida para a aprendizagem**

Barbosa propõe que a imagem seja usada como ponto de partida para processos mais amplos de aprendizagem. Ao analisar uma obra de arte, uma fotografia, um cartaz ou mesmo uma cena cotidiana, os estudantes são convidados a observar, refletir e posicionar-se frente ao que veem. Esse processo estimula o pensamento autônomo e o desenvolvimento de competências cognitivas ligadas à percepção, análise e síntese.

A imagem, portanto, não é tratada de forma isolada ou como simples ilustração de conteúdos. Ela é o centro de um processo investigativo que mobiliza múltiplos saberes – da história da arte à sociologia, da filosofia à cultura popular – permitindo a construção de sentidos complexos e interdisciplinares.

► **Imagem e sensibilidade: educar o olhar**

Outro ponto importante destacado por Ana Mae Barbosa é o papel da imagem na formação da sensibilidade. A autora argumenta que o ensino da arte deve contribuir para o desenvolvimento de um olhar mais atento, sensível e respeitoso às diferentes formas de expressão cultural. Isso implica trabalhar a percepção estética de modo a ampliar a capacidade de ver, sentir e interpretar o mundo.

Nesse contexto, o educador atua como mediador do olhar, alguém que provoca, instiga e propõe questões que estimulam os alunos a perceberem aspectos da imagem que antes lhes passavam despercebidos. Essa mediação contribui para que os estudantes não apenas absorvam informações visuais, mas aprendam a questioná-las, problematizá-las e relacioná-las com sua própria experiência.

► **A presença da imagem na cultura e na educação contemporânea**

Barbosa chama atenção para o fato de que a imagem está presente em todos os espaços da vida social: na mídia, na publicidade, nas redes sociais, nos videogames, na moda, nos objetos do cotidiano. Essa onipresença torna urgente a inclusão da leitura crítica de imagens no currículo escolar. Ignorar esse aspecto seria negligenciar uma dimensão fundamental da cultura e da formação humana.

Além disso, ao defender o uso da imagem no processo educativo, a autora propõe um ensino da arte que dialogue com os contextos reais dos alunos, considerando suas vivências visuais

fora da escola. Dessa maneira, a arte deixa de ser vista como um saber distante ou elitizado e passa a ser reconhecida como parte do cotidiano e da construção de identidade dos sujeitos.

A imagem, para Ana Mae Barbosa, é um elemento estruturante do pensamento, da sensibilidade e da comunicação no mundo atual. Integrá-la de maneira crítica e reflexiva ao processo educativo não é apenas uma escolha metodológica, mas um compromisso com uma educação mais humanizadora, plural e significativa. Sua obra convida professores e educadores a repensarem o lugar da arte na escola, atribuindo à imagem o papel de mediadora entre o conhecimento e a experiência de mundo dos alunos.

**A PROPOSTA TRIANGULAR: LEITURA DA IMAGEM, CONTEXTUALIZAÇÃO E PRODUÇÃO**

Um dos maiores legados de Ana Mae Barbosa para o ensino da arte no Brasil é o que ficou conhecido como a proposta triangular. Apresentada e desenvolvida ao longo de sua trajetória teórica e prática, essa abordagem representa uma mudança profunda na forma como a arte é ensinada na escola. A proposta se baseia em três eixos interdependentes: leitura da imagem, contextualização e produção artística.

Segundo a autora, é por meio da integração desses três componentes que o ensino da arte pode se tornar mais crítico, criativo e significativo para os alunos.

► **Leitura da imagem: ver, perceber, interpretar**

A leitura da imagem é o primeiro vértice da proposta triangular e tem como foco o desenvolvimento do olhar. Ana Mae Barbosa propõe que o aluno aprenda a observar atentamente as imagens, indo além da visão superficial para alcançar uma leitura mais profunda e crítica. Essa leitura envolve a identificação de elementos visuais (como formas, cores, linhas, composição), mas também a interpretação simbólica e cultural da imagem.

Para a autora, aprender a ler imagens é um processo tão importante quanto a alfabetização verbal. A leitura crítica de imagens contribui para a formação de cidadãos mais conscientes, capazes de interpretar o mundo ao seu redor com autonomia e sensibilidade. Além disso, essa prática estimula o diálogo, a argumentação e o respeito às múltiplas interpretações que uma mesma imagem pode suscitar.

► **Contextualização: situar a imagem no tempo, espaço e cultura**

O segundo eixo da proposta triangular é a contextualização. Aqui, a imagem não é vista como um objeto isolado, mas como parte de uma tradição cultural, histórica e social. Ana Mae Barbosa defende que é preciso inserir a imagem dentro de seu contexto de produção e recepção, relacionando-a com os movimentos artísticos, as questões sociais da época, os valores culturais e as influências políticas e econômicas.

Essa abordagem permite que os alunos compreendam que toda produção artística está inserida em um ambiente cultural e histórico, e que ela comunica ideias que vão além do aspecto formal. Ao contextualizar uma imagem, o estudante amplia sua visão de mundo, reconhece a diversidade cultural e compreende o papel da arte como forma de expressão de diferentes grupos sociais.